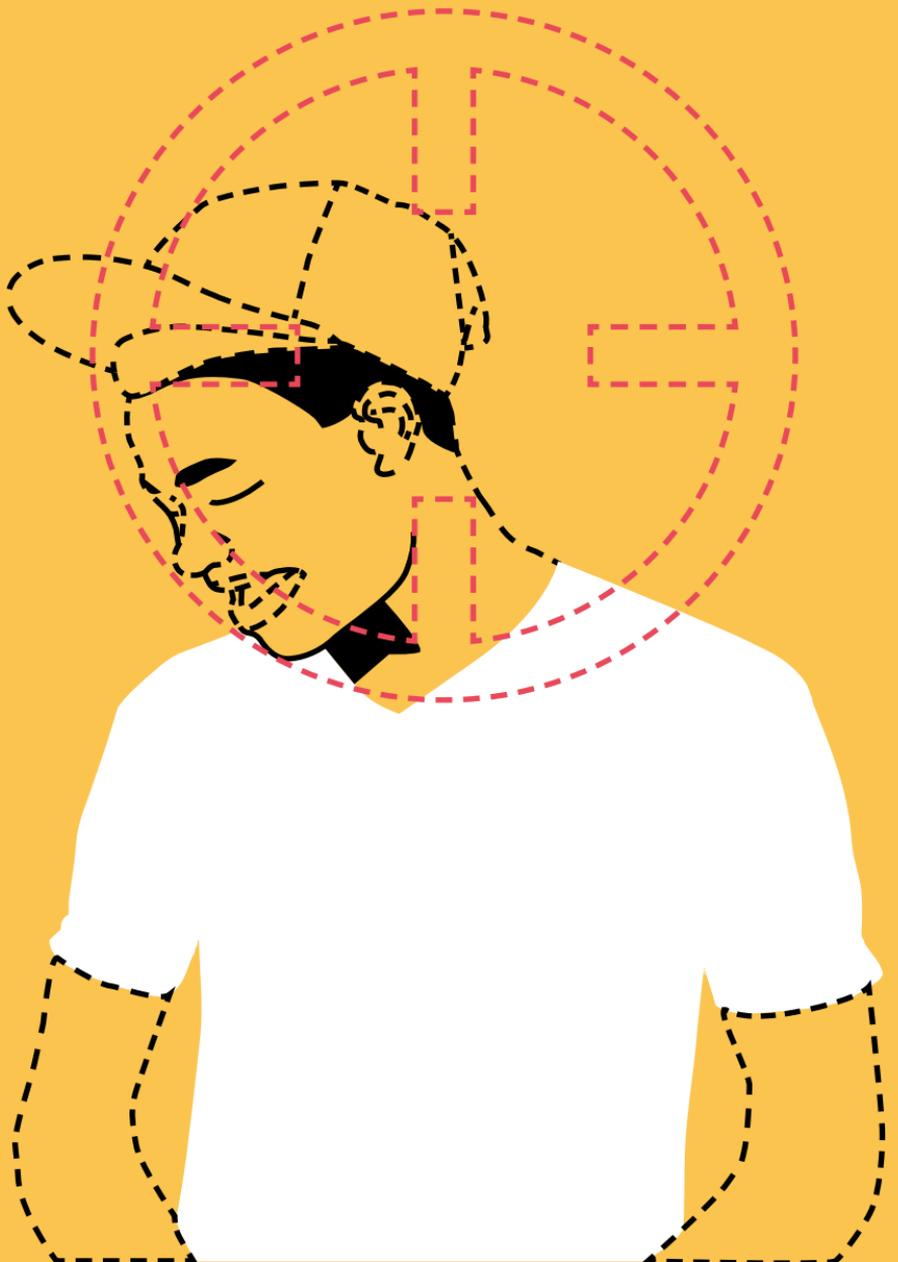


FAZ \neq DIFE RENÇA

UM CONVITE PARA COMPROMETER-SE
COTIDIANAMENTE COM A VIDA
DE ADOLESCENTES E JOVENS





FAZ DIFE RENÇA

UM CONVITE PARA COMPROMETER-SE
COTIDIANAMENTE COM A VIDA
DE ADOLESCENTES E JOVENS

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA
REALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO IMAGEM COMUNITÁRIA
(AIC) E A COMISSÃO DE PREVENÇÃO À LETALIDADE
DE ADOLESCENTES E JOVENS DO FÓRUM PERMANENTE
DO SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE
2020

SUMÁRIO

- 5** Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens
- 11** Campanha FAZ DIFERENÇA
- 17** **ENXERGAR** as trajetórias de vida de adolescentes, jovens e familiares dramaticamente impactadas pela morte
- 41** **PERCEBER** cada adolescente e jovem como um ser humano singular
- 63** **HUMANIZAR** os serviços e as/os profissionais que atuam na rede de atendimento e apoio às trajetórias de vida de adolescentes e jovens
- 89** **DIALOGAR** com a/o adolescente e jovem
- 109** **SOMAR** às famílias e redes, atuando com elas na perspectiva da corresponsabilidade de todas/os
- 125** **TRANSFORMAR** o ciclo de um destino já traçado para adolescentes e jovens
- 141** #FAÇODIFERENÇA conheça quem integra essa rede
- 148** Lista de instituições, organizações e políticas públicas
- 155** Referências





Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens

A Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens integra o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte. Instituída em 2014, tem como seus principais objetivos conferir visibilidade ao fenômeno da letalidade juvenil e promover a sensibilização e a mobilização de diversos atores para construção de ações de corresponsabilidade pela promoção da vida desse público.

Qualificar o fenômeno foi um dos primeiros objetivos do trabalho da Comissão, inicialmente por meio da leitura da incidência da letalidade juvenil no espaço-tempo do Sistema Socioeducativo e, em seguida, por uma imersão nas histórias de vida das/os adolescentes e jovens vítimas de homicídio. A primeira aproximação se baseou no cruzamen-

to de dados de homicídios de jovens na faixa etária de 12 a 21 anos, ocorridos entre os anos de 2011 e 2013, em Belo Horizonte, obtidos a partir dos registros da então Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. Em seguida, foi realizado o cruzamento com o banco de informações do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH), a fim de identificar, nesse universo, adolescentes e jovens que haviam passado, em algum momento, pelo Sistema Socioeducativo.

Naquela primeira análise, identificamos um número significativo de casos, que reproduziam os recortes já levantados pelas pesquisas a respeito do tema: em sua maioria, tratava-se de jovens do sexo masculino, negros, moradores de periferia. Tal quadro nos levou a tecer perguntas sobre o endereçamento dessas vidas ao nosso trabalho, a partir dos pontos de encontro dessas/es adolescentes e jovens com cada um dos serviços e das instituições que compõem os Sistemas Socioeducativo e de Proteção, e dos laços estabelecidos ou rompidos ao longo de suas trajetórias.

Em 2015 e 2016, realizamos o percurso pelos registros produzidos sobre as trajetórias das/os adolescentes, a partir dos olhares e das escutas das/os profissionais, traduzidos nos relatórios técnicos remetidos aos processos de execução de medidas socioeducativas da Vara Infracional da Infância e Juventude. Por meio de tal incursão, foi possível identificar pontos de reflexão e trabalho, como os desencontros entre os tempos do risco e os tempos institucionais; a relevância da escuta do território e do contexto dos atos infracionais, nos espaços do sistema de justiça e na medida socioeducativa; os impasses do encontro da/o jovem com a rede de

“proteção”; dentre outros. Em parceria com a universidade, tecemos reflexões sobre as concepções de risco e proteção que conduziram nossa prática e nossa escuta da/o jovem.

Nos anos de 2017 e 2018, a Comissão deu continuidade ao trabalho e iniciou a construção de um espaço de encontro com adolescentes e jovens, para escuta de suas percepções sobre o risco e a proteção, bem como sobre seu percurso pelos serviços e pelas instituições da rede. Para tanto, em parceria estabelecida com o projeto Desembola na Ideia, foram realizados encontros em grupo com adolescentes e jovens em cumprimento de medida de semiliberdade, internação, internação provisória e liberdade assistida, e, em um segundo momento, com aquelas/es nos territórios atendidos pelo Programa Fica Vivo!. A análise dessas falas nos apontou o atravessamento de discursos sociais e estruturas de segregação nos corpos das/os jovens, na cor da pele, no território, nas identificações, na forma de ser vista/o e na resposta a esse olhar. Por outro lado, a escuta da subjetivação dessas experiências de encontro com o risco e a morte do corpo e do sujeito nos apontou a prevalência da pulsão de morte, que faz com que a/o adolescente se coloque na linha de tiro; a escassez simbólica e material, que favorece que a/o adolescente, limitada/o em recursos para subjetivação, recorra preferencialmente ao ato e à fabulação; e a perturbação da transição da adolescência, que desordena as identificações e os afetos, negativa o corpo e exclui o sujeito do laço social.

A fim de compartilhar esse trabalho e circular a escuta das falas das/os adolescentes e jovens entre os atores da rede de atendimento, foi realizado, no final do ano de 2018,

o seminário "Caminhos traçados para a morte", com uma estrutura de duas mesas de trabalho, tendo sido a primeira uma apresentação da dimensão real de risco à vida, e a segunda, um panorama das soluções simbólicas e imaginárias ("grampos") que as/os jovens encontram e criam para lidar com isso. Não havia a pretensão de fazer recomendações para políticas públicas, apenas introduzir, no campo onde ocorrem as discussões sobre a letalidade juvenil, a fala das/os próprias/os adolescentes e, assim, colher os efeitos disso nesse público. Sem pretender "fechar" a questão, a pergunta que subjazia era: "e aí, o que fazemos com isso que escutamos das/os jovens?".

No seminário, ficou evidenciado para a Comissão o quão angustiante é para as/os profissionais que atuam na rede de proteção lidar com o embaraço do risco, da ameaça e da vida desse público. Em linhas gerais, notou-se que tais profissionais movimentam ações para fazer chegar esse público aos serviços. Entretanto, diante desse encontro, e do endereçamento que a/o jovem lhes faz, profissionais se veem, muitas vezes, confrontadas/os com a angústia e o sentimento de impotência diante da vida que urge no limite do risco da morte. Por outro lado, é nesse encontro que identificamos a potência da ação que promove a vida, que permite que o afeto circule, que a/o jovem seja acolhida/o e reconhecida/o em sua subjetividade, que o valor da vida se apresente no laço com o outro, que se importa e aposta. Ainda que este laço eventualmente exista somente no espaço de um encontro, é a partir desse espaço que cada um pode fazer diferença para a promoção da vida.

Em 2019, ainda sob efeito do seminário, os integrantes da Comissão iniciaram uma construção ao constatar que os números não causam mais o impacto necessário para o avanço da discussão de enfrentamento da letalidade de adolescentes e jovens. Mesmo com tantas pesquisas, dados e mapas apresentados, percebemos que ainda há muito a ser feito para provocar mudanças na sociedade e nas instituições em relação a esse fenômeno, resgatando o valor da vida. Além disso, percebeu-se que a circulação da palavra em torno da pauta da garantia do direito à vida permanece entre aquelas/es que já estão inseridas/os e comprometidas/os nesse circuito da rede de proteção.

Para tanto, estabelecemos vários encontros em parceria com a Associação Imagem Comunitária (AIC), entre os meses de setembro e outubro de 2019. Nos encontros, foi possível elaborar um Plano de Comunicação com o levantamento e a análise da relação dos públicos e atores relevantes para a causa, tendo em vista o objetivo central: a prevenção à letalidade de adolescentes e jovens. Elaboramos um mapa, no qual buscamos localizar os públicos beneficiados, legitimadores e geradores dessa causa de interesse público, bem como identificar quão próximos ou não eles estão da discussão. Além disso, foram identificados os atores mobilizados e também aqueles que precisam se mobilizar, bem como quais atores são fundamentais para gerar visibilidade para a causa. A partir desse trabalho, a comissão analisou os diferentes critérios de mapeamento, buscando identificar os desafios comuns a diferentes públicos, e também propôs estratégias que poderiam ser adotadas de maneira mais assertiva durante as ações.

Com a definição dos eixos estratégicos, o grupo elaborou propostas de ações de comunicação envolvendo o coletivo de públicos, de maneira a causar impacto positivo para a promoção da vida. Uma das ações de comunicação desse Plano foi uma campanha de sensibilização e mobilização para o enfrentamento à letalidade de jovens e adolescentes em Belo Horizonte, tendo como foco as letalidades que envolvem o público que é atendido por medidas socioeducativas em meio fechado e aberto e que é vulnerável a violências relacionadas, sobretudo, a grupos criminosos e a aparatos do Estado. Assim nasceu a campanha **FAZ DIFERENÇA**.

O material aqui exposto, portanto, é produto de anos de trabalho desta Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens. Desejamos que a **FAZ DIFERENÇA** promova mudanças no alarmante cenário da letalidade de adolescentes e jovens em nosso Estado. Que a partir do **“Enxergar”, “Perceber”, “Humanizar”, “Dialogar”, “Somar” e “Transformar”**, cada peça fundamental nessa engrenagem da rede de proteção à vida conclua que *“um mais um é sempre mais que dois”* (Beto Guedes)!

Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte/Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens.

CAMPANHA FAZ DIFERENÇA

O que mantém a vida de adolescentes e jovens no país onde são um dos principais alvos da violência?

Com essa pergunta, fomos ao encontro de pessoas que convivem e trabalham com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, risco social e/ou em conflito com a lei, parcela mais afetada desse público. Familiares, vizinhas/os, líderes religiosas/os, ativistas, policiais, técnicas/os, agentes de segurança socioeducativas/os, comunicadoras/es, artistas, educadoras/es, assistentes e cientistas sociais, advogadas/os, psicólogas/os, psicanalistas, promotoras/es de justiça, juízas/es, procuradoras/es da república, defensoras/es públicas/es: seja das redes de proteção formais ou não, a ideia era entender como cada uma/um, em seu cotidiano, constrói alças por meio das quais esses sujeitos podem se agarrar à própria vida e encontrar outras saídas possíveis frente ao destino, por vezes, traçado para a morte.

São redes que auxiliam a sustentar vidas que, muitas vezes, encontram-se à deriva diante de uma realidade que se revela mortífera, de forma concreta ou simbólica. Ser "alça"¹ é, como a palavra promete, oferecer pontos nos quais as/os adolescentes possam se amparar em seus processos de passagens e descobertas, apresentando possibilidades

1. Desenvolvido pela psicanálise, esse é um conceito central no trabalho da professora Andrea Guerra, do Departamento de Psicologia da UFMG e coordenadora do PSILACS/UFMG - Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo. Para mais informações, acesse as referências ao final desta publicação.

de se perceberem de outras formas, causando desvios em rotas que as/os conduzem compulsivamente à morte. Ser alça, esse convite que a contingência faz a todas/os, implica nos responsabilizarmos por estar ao lado da/o adolescente e jovem naquilo que a/o move na sua singularidade, sem perder de vista a necessária desconstrução do que foi socialmente oferecido como dado e sem solução. Uma provocação para ir além do que é estritamente institucional e protocolar, dos relatórios, dos planos e das estatísticas, sem perder de vista a inegável importância de todos esses processos.

Trocar uma ideia sem pré-julgamentos, oferecer uma escuta atenta e sensível fora dos ambientes programados, permitir que os afetos se misturem às demandas, olhar para além do que está posto e fazer uso criativo dos protocolos, procurar novas estratégias de acesso a serviços e direitos e apostar nas invenções construídas pelas/os próprias/os jovens. Essas são só algumas das muitas possibilidades com as quais nos deparamos pelo caminho. Em busca de mapear práticas que fazem diferença, a escuta nos ensinou que elas só são possíveis quando cada pessoa ultrapassa a simples ideia de oferta, permitindo-se experimentar as aberturas e as surpresas próprias aos encontros comprometidos com a transformação social. Seja no balcão de atendimento, no corredor de um centro de internação, no ônibus a caminho de uma atividade ou na ligação para um agendamento.

FAZ DIFERENÇA é um convite dividido em seis propostas para quem já se engaja nessa luta e também para sensibilizar aquelas/es que ainda se encontram um pouco distantes, mas são essenciais a ela. **Enxergar, perceber, humanizar, dialogar, somar e transformar**, cada uma delas mescla ações individuais e coletivas, chamando para a corresponsabilidade de todas/os.

A campanha nasceu do encontro entre a Associação Imagem Comunitária (AIC) e a Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, grupos comprometidos com a reflexão e a luta pela garantia de direitos. Além desta publicação, a ação integra uma série de podcast, que traz uma escuta ainda mais aprofundada de cada um dos eixos na fala de profissionais, pesquisadoras/es e ativistas, e uma plataforma*, onde você pode acessar mais informações sobre a campanha e ter acesso a todas as produções.

O convite é para comprometer-se cotidianamente com a causa da prevenção à letalidade de adolescentes e jovens e a valorização das pessoas e dos movimentos que nela atuam. Venha somar com a gente!

*fazdiferenca.webflow.io

Brevíssimo guia de leitura

O material aqui apresentado resulta de um trabalho de costura de ideias, propostas e opiniões de pessoas e profissionais das mais variadas áreas de atuação. Nem todas/os puderam se identificar em função do sigilo necessário aos programas nos quais atuam ou por motivos de segurança pessoal. Nesses casos, elas/es estão identificadas por nomes fictícios, marcados por asteriscos*, o que em nada compromete o conteúdo de suas falas.

Todas as instituições, organizações, movimentos e políticas citadas ao longo do texto contam com uma breve explicação na primeira vez em que aparecem. Para facilitar a leitura, também podem ser encontrados ao final da publicação, numa lista com descrições mais detalhadas sobre sua atuação e seus endereços virtuais.

Cada uma das seis propostas tem um episódio do podcast **FAZ DIFERENÇA** correspondente, que aprofunda as discussões por meio da fala de pessoas da sociedade civil, militantes, pesquisadoras/es e profissionais com experiência na área. Os programas podem ser acessados conjuntamente a este material, de forma a complementá-lo, ou separadamente.

Desejamos que essa leitura faça diferença no seu percurso!





ENXERGAR

as trajetórias de vida de adolescentes e familiares dramaticamente impactadas pela morte

Qualquer pessoa que conviva ou trabalhe com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, risco social e/ou conflito com a lei já se deparou, em sua prática, com a iminência da morte. Ela atravessa o caminho de meninos e meninas, em sua maioria negros e moradores de periferia, desde a mais tenra idade, ao perderem um amigo ou familiar de forma violenta, nas rixas do tráfico e nos confrontos com a polícia, por uma bala perdida que os encontra dentro de casa, ao serem confundidos na rua ou, simplesmente, pela cor de pele que têm.

Diante de uma perspectiva de vida breve e passageira, muitos adolescentes e jovens se lançam continuamente ao risco por uma questão de sobrevivência.

Lidar com a morte não é algo fácil de ser falado nem processado. Enxergar essas trajetórias de vida impactadas e interrompidas é um primeiro gesto para conseguir transformar afetos, a princípio paralisantes, em novas possibilidades de ação. É também levar em conta os aspectos estruturais que fazem com que uma parcela da juventude seja mais afetada, não perdendo de vista que as vidas, com suas histórias e seus sonhos, não cabem nas estatísticas. São vidas como todas as outras, que devem importar para que sejam plenamente vividas, sonhadas e sentidas.

Urgência anunciada

É com a urgência anunciada de meninos e meninas prestes a perderem as vidas que trabalham Fabiana Carvalho, Chico* e Solar*. No Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) de Minas Gerais², criado especialmente para atender esse tipo de demanda, a equipe recebe os encaminhamentos de todas as cidades do Estado, por meio dos Conselhos Tutelares, das Promotorias de Justiça, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.

O perfil dos atendidos não foge à regra da parcela mais afetada pelo risco social em todo o país: em sua maioria negros do gênero masculino, apresentando, ainda, altas taxas de distorção na relação entre idade e série escolar e ausência de rendimentos familiares.

A ameaça se dá muito mais pela vulnerabilidade social local. Têm situações que, talvez, um diálogo já conseguiria fazer não chegar nesse ponto, mas faltam os serviços básicos mínimos para as pessoas. **Grande parte do que se tem de mortalidade de crianças e adolescentes não iria ocorrer, ou seja, são mortes evitáveis.** Isso é uma crueldade, porque se perde vidas por fragilidade do sistema. Se isso fosse feito na base, muitos casos nem chegariam à necessida-

2. O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) foi criado em 2003, como uma das estratégias do Governo Federal para o enfrentamento do tema da letalidade infanto-juvenil. Para mais informações, acesse a lista de instituições, organizações e políticas públicas ao final desta publicação.

PERFIL DE ADOLESCENTES E JOVENS ATENDIDOS PELO PPCAAM

(período julho de 2019 a junho de 2020)¹

→ **89%** são do gênero masculino

→ **56,5%** são pardos e **39,13%**, pretos

→ **66%** residem em Belo Horizonte e Região Metropolitana

→ **30%** estava cursando o 6º ano do ensino fundamental, e **17%** chegaram ao ensino médio

→ **52%** das famílias não tinham rendimentos

→ **48%** têm entre 15 e 16 anos

¹Dados cedidos pelo Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) de Minas Gerais.



A REALIDADE DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

55,6% dos óbitos de jovens de **15 a 19** anos são causadas por homicídio

75,5% das vítimas de homicídio são homens negros

37,8% é a taxa de homicídio por **100 mil negros**, enquanto entre não negros (brancos, amarelos e indígenas) é de **13,9%**

74,3% dos homens vitimados possuíam até sete anos de estudo

→ Dados do *Atlas da Violência 2020* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para mais informações, acesse as referências ao final desta publicação.

de de entrada no Programa. *Chico**, arte educador do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)

Ao serem inseridos no PPCAAM, os adolescentes passam a ter que fazer uma série de escolhas difíceis, envolvendo o rompimento de vínculos com seus lugares e suas relações de origem — o que nem sempre acontece com a participação da família. Chico e Solar* os auxiliam nos territórios para onde migram, criando estratégias de inserção no local junto à rede socioassistencial. Apesar dos esforços, eles nem sempre são suficientes diante de trajetórias marcadas por vulnerabilidades de diversas ordens.

Nós não podemos ter dúvida da nossa capacidade de dialogar com os meninos e as famílias, mas tem algo que escapa, que é da forma que eles têm de gerir essa vida, de se colocar em situação de risco. E há dimensões do cotidiano às quais nós nunca vamos ter acesso, porque nós somos próximos, mas, ainda assim, somos a instituição. Se indignar e afetar-se é importante, senão a gente começa a entender que é normal morrer, colocar isso de novo na conta deles. Esse menino não morreu semana passada, **ele começou a morrer quando nós, como instituições, começamos a dizer também que não tinha mais jeito.** Eles morrem muito antes dos óbitos acontecerem, quando a gente começa a concluir e finalizar os casos. *Fabiana Carvalho, coordenadora geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)*

Tem um objetivo maior que é a garantia da vida, mas eu acho que garantir a vida prescinde também da escuta do outro, porque o que é viver também?

O padrão viver não é só estar no mundo, tem todas as conexões que o adolescente vai fazendo. A gente segue apostando na construção pela via da escuta do sujeito mesmo, porque é uma sucessão de erros construir o melhor para o outro sem entender o que ele vê como melhor. *Solar**, *psicóloga e técnica do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)*

Diante da vontade de proteger a vida do adolescente, muitas vezes é mobilizada uma rede de pessoas e instituições, mas não se constrói uma solução junto com ele. Praticamente todos os profissionais dessa rede já passaram por isso, e a avaliação é unânime: por mais bem-intencionadas e elaboradas que possam ser, as ofertas dificilmente surtirão efeito sem levar em conta a subjetividade dos atendidos. É o caso de Bárbara Afonso, que desenvolve um trabalho de escuta com esse público como psicanalista do projeto Desembola na Ideia³.

3. O Desembola na Ideia é um projeto realizado pela Associação Imagem Comunitária (AIC) que combina atenção psicossocial e arte na promoção dos direitos, inserção nos espaços de sociabilidade, acompanhamento psicanalítico e intervenções artístico-culturais na cidade para adolescentes em situação de vulnerabilidade social e psíquica. Para mais informações, acesse a lista de instituições, organizações e políticas públicas ao final desta publicação.

Eu me lembro de um adolescente que estava ameaçado onde morava com a família, e não tinha onde passar a noite fora daquele espaço. A equipe responsável fez uma articulação imensa com um pastor, para que ele fosse dormir na igreja. Aí, esse menino falou assim "eu tô em risco, mas eu quero dormir na minha casa e não saio da minha quebrada". **Quando há um ponto de impasse, se tomamos a urgência como nossa, para resolvermos sozinhos, sem que a construção seja feita com o outro, não há saída possível.** A equipe ficou super angustiada e preocupada, mas o adolescente não conseguia ver aquela solução como possível naquele momento. E o interessante é que **ninguém fica só passivo, como objeto diante das coisas que acontecem**, e uma outra saída teve que ser construída junto com ele. *Barbara Afonso, psicanalista do Desembola na Ideia*

Outro desafio que se impõe à prática se refere à situação dos adolescentes e jovens que se encontram em privação de liberdade. Para muitos, o encerramento da medida socioeducativa implica o risco de circular e se deparar com a morte em seu território, onde está ameaçado. Nesses casos, nos deparamos com um dilema que aproxima o inconciliável: privar a liberdade e proteger a vida.

Deve haver algum outro jeito de proteger para continuar vivo que não seja a internação do adolescente em um lugar onde o nome que vai reger a vida dele, a partir daquele momento, é o de "criminoso". Todos esses furos das instituições, de um modo geral,

têm essa lógica de que é o usuário que tem que se adequar a elas, seja a escola, a assistência social ou a saúde. É como se o sistema de justiça acabasse se tornando essa última instância onde nada foi possível, então o que resta é internar. *Cristiane Ribeiro, colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC)*

É uma situação extremamente complicada, porque você não pode usar a força para proteger. Muita gente fala assim: “ah, vamos deixar ele preso porque ele é um perigo”. Essa é mesmo a solução? A maioria dos centros de internação tem profundos problemas estruturais. **Os adolescentes olham a morte como uma fatalidade, sem jeito de evitar. Eles estão correndo atrás de oportunidades, mas elas não aparecem, e eles acabam no lado oposto da lei.** *Lucas Rolla, promotor de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte*

Quando o assunto é o cumprimento de medidas socioeducativas, Cristiane Ribeiro e Lucas Rolla sabem do que estão falando. A colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC)⁴ atuou mais de doze anos com a aplicação de medidas em meio aberto e foi, entre 2013 e 2016, diretora de atendimento e geral do Centro Socioeducativo Santa Clara, a maior unidade de internação do Estado, período em que se

4. A Associação Imagem Comunitária (AIC) é uma entidade nascida em 1993 que se dedica ao desenvolvimento das mais variadas metodologias de construção do diálogo em processos de mobilização social e educação para a cidadania com vistas à construção do desenvolvimento humano pleno.

confrontou com uma estrutura atravessada pelas incoerências e pelos paradoxos impostos pela privação de liberdade. São esses desafios os principais motes de trabalho do promotor de justiça no Ministério Público. Além de fiscalizar e acompanhar o cumprimento das medidas, Lucas participa de espaços de reflexão, como o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte⁵, e da formulação de políticas públicas para atenderem às demandas da rede de atendimento e apoio às trajetórias de vida de adolescentes e jovens e da sociedade civil.

Fazer a diferença no nosso trabalho se dá nos atendimentos, quando nós conseguimos trazer para a conversa o que está para além do ato e da criminalidade, o que os meninos e as meninas **têm de sonhos e projetos. Recentemente, tivemos muitos casos de tentativas de autoextermínio de adolescentes e alguns suicídios exitosos dentro das unidades, e isso mexeu muito com a equipe, no sentido de pensar como é angustiante a privação de liberdade, mesmo sob o viés protetivo**, e de tentar trazer para o adolescente outras perspectivas, para além desse envolvimento com a criminalidade. Nós encaminhamos ao Programa de Proteção, fazemos parcerias com as uni-

5. O Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte é um espaço que busca promover uma política de atendimento socioeducativo humana e transparente, reunindo instituições governamentais e não governamentais envolvidas no trabalho com adolescentes autoras/es de ato infracional, privadas/os ou não de liberdade. Para mais informações, acesse a lista de instituições ao final desta publicação.

dades de atendimento, com a família. Mas há muitos casos de adolescentes que estão ameaçados e não querem ser protegidos. Eles que se sentem protegidos na comunidade onde moram, não querem sair de lá. Então, fica **uma sensação de impotência, uma sensação de que nossa atuação não atinge e não ganha tanta proporção, porque estamos dentro de uma coisa tão difícil, tão complexa, que o pouco que se faz não consegue barrar esse genocídio da juventude pobre e negra.** *Marcela Andrade, psicóloga judicial do Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG)*

Em sua experiência com medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, Marcela testemunha o percurso de jovens permeados por trajetórias de vida marcadas pelo risco da morte nas suas comunidades ou mesmo dentro das unidades de internação. No SAMRE⁶, ela é uma das responsáveis por assessorar o trabalho dos juízes por meio de estudos psicossociais e pareceres, promover discussões de caso com outras instituições e acompanhar os adolescentes e suas famílias. Seja dentro ou fora do Sistema Socioeducativo, a ameaça de morte escancara um percurso no qual adolescentes e jovens são, continuamente, tomados como objetos do cuidado e da oferta de serviços que, muitas vezes, não conseguem alcançá-los. Em nome de um

6. O Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG) tem como atribuição monitorar o cumprimento das medidas socioeducativas em semiliberdade e internação provisória.

risco anunciado, as estratégias e os recursos empreendidos podem reforçar esse lugar, reproduzindo silenciamentos e exclusões já conhecidas, ou abrir brechas para romper com essa estrutura.

Fabiana Carvalho lembra que, mesmo que um caso não seja incluído pelo PPCAAM, os impasses que ele impõe requerem uma desconstrução da leitura da recusa como uma aparente “escolha” pela morte, trazendo à tona a escuta das vulnerabilidades e das violações sofridas pelos adolescentes e jovens ao longo de toda a sua vida. É uma saída para se chamar a atenção e a responsabilidade de todos os atores da rede e do sistema de garantia de direitos. Diante do risco, muitos municípios se colocam a discutir, pela primeira vez, a situação de determinados grupos juvenis, podendo resultar em novas articulações institucionais para além do que já está estabelecido.

**ENXERGAR AS
TRAJETÓRIAS
SINGULARES
NOS CAMINHOS
TRAÇADOS
PARA A MORTE
PODE SER
O PRIMEIRO
PASSO PARA SE
SURPREENDER
COM A VIDA.**



NÃO MORRER É LUCRO!

Alayê de Brito

Falo isso porque nossa vida não foi feita para viver, mas para não morrer! Dá nem vontade de fazer mais de nós. Tenho 27 anos de idade e uma das maiores inseguranças que tenho é a de ter filhos em um mundo igual ao nosso.

O medo vem de uma vida em que o perigo tem sido cada vez mais constante.

Educação vem de berço e cada criança foi educada de uma forma diferente. Acho que **todas as mães negras ensinam os filhos e as filhas a andarem na linha. Tipo, não só andar na linha, mas andar na linha da linha.** Levou para tirar carteira de identidade com oito anos de idade para você andar com ela. Ter CPF para ser considerada uma pessoa física. Ter carteira de trabalho antes de pensarmos a começar a trabalhar. A andar com notas fiscais de tênis, bicicleta, ou alguma camisa mais cara. E a gente cresce achando que isso é normal!

Não somos seres humanos porque não vivemos na condição de humanos. Se "errar é humano", nós não somos seres humanos

porque não podemos nem errar. Condições de vida que você não pode errar na escola, na faculdade, no trabalho.

Mas nós nos cobramos ainda mais do que qualquer outra pessoa nesse mundo pelo simples fato de que um mísero erro pode custar nossas vidas. Um erro simples não é visto como tão simples assim porque nós não deveríamos estar lá, para início de conversa.

Eles nos enfraquecem. Fazem uma guerra onde quem pode morrer são só os negros. Policiais negros matando cidadãos negros. Cidadãos negros matando outros cidadãos negros. Cidadãos negros matando outros policiais negros. No final do dia, todos nós não podemos errar, porque somos negros. Simples assim!

Rafael foi preso por ser negro. George foi morto e o seu maior crime foi o de ser um homem negro. Aí me leva a refletir sobre a vida que vivemos e os nossos compromissos. Nossos compromissos como o de marcar horário para voltar para casa e/ou ligar para os pais todos os dias para falar coisas repetidas, ou só mandar um áudio de 3 segundos dando "bom dia".

No final das contas, as ligações repetidas e o áudio curto poderia se resumir em duas palavras: "Estou vivo".

A verdade é que se a gente marca hora e, por qualquer fator fora do nosso controle, a gente demora 10 minutos depois do horário marcado, o primeiro pensamento da mãe não é que o ônibus atrasou ou que o motorista do Uber cancelou a corrida. Dificilmente, o primeiro pensamento seria que você estava sem bateria no celular. Só pensam no pior porque isso pode acontecer sempre com a gente.

Pensam no pior porque a gente pode morrer andando na rua sem camisa ou só por estar no lugar errado na hora errada. Aliás, onde seria o lugar certo para estarmos? Em casa, igual o João? Na rua, igual o George? Seguido por algum segurança dentro de alguma rede de supermercado? Indo trabalhar em um dia nublado com um guarda-chuva na mão?

São misturas de sentimentos. Como o de você amar crianças e ter medo de ter filhos. Ter medo de morrer por você não andar com algum produto que é seu. Ter medo de ir para algum lugar e ao mesmo tempo gostar de sair. **E a gente cresce no meio disso**

tudo e não podemos nem sequer chorar porque temos que ser fortes. Não podemos deprimir porque há muitas outras pessoas que dependem do nosso bem.

O que fizemos para merecer isso tudo? Será que é justo colocar mais uma criança negra no meio disso tudo? Não uma criança igual à do casal da moda. Mas umas crianças como você e eu, que somos pessoas comuns e dificilmente nos engolirão. Ao mesmo tempo, admiro todas as mães e pais que tiveram filhos que estudaram, trabalham e tiveram sorte de não morrer em um país que mata negros e negras por qualquer motivo.

Viver não é uma dádiva ou um direito para nós. Não morrer, é!

Só de não morrer, a gente está no lucro.

Alayê de Brito é belo-horizontino, formado em Ciências Políticas e Estudos Internacionais na faculdade Spring Hill College, nos Estados Unidos. Foi atleta mediano e pelo esporte teve acesso à educação no exterior.

É também um dos nossos convidados da série de podcast da campanha. Acesse o post original no blog do autor e acompanhe as suas produções:

<https://alayebritoblog.wordpress.com/2020/05/29/nao-morrer-e-lucro/>

Risco de morrer, decisão de viver

De tanto sofrer processos de vulnerabilização, criminalização e violência estrutural, fica natural para o adolescente que existam duas escolhas: matar ou morrer. **Eu sinto um abandono pessoal, objetivo e subjetivo da própria vida, e o que diminui isso é o vínculo, que chama para a crítica, a vida e a autopreservação. É dentro das relações que surgem a possibilidade de prevenção à letalidade,** de o menino trazer, sem medo de ser julgado, preso ou condenado, uma situação que ele está vivendo e, às vezes, você ter condições para ajudá-lo. Sem isso, essa informação nem vai aparecer e o menino vai viver na solidão a treta toda, vai morrer e ninguém vai ficar sabendo o porquê. *Marisa**, *técnica do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação Serviço à Comunidade (PSC)*

O mais perverso disso, que também é um ponto da questão racial, é que os jovens, principalmente os homens, trazem essa sentença no dia a dia: esperar a morte e, muitas vezes, ir em direção a ela. **É a lógica da vida deles — “viver pouco como um rei é melhor do que viver muito como um zé” —, que querem um lugar e não têm dúvida de que esse lugar que dura pouco vai encurtar suas vidas. E eles não esperam mais do que isso, os planos são para hoje, para amanhã, e é para ser o melhor que der nesse sentido. É o que dá um nome para esse desamparo total e completo, para essa misé-**

ria que é humana, muito mais do que financeira.
Ele nasceu para morrer, mas a escuta que oferecemos pode ajudá-lo a, de fato, construir um jeito de ficar vivo, a ver um sentido em se manter vivo.
Cristiane Ribeiro, colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC)

Como todo profissional que se dispõe à escuta de adolescentes cujas práticas são consideradas atos infracionais, Marisa* e Cristiane são constantemente surpreendidas com estratégias as mais criativas e mirabolantes, criadas por eles no intuito de contornar situações de exclusão e de falta de oportunidades em um cenário de “desamparo total e completo”. Para os adolescentes que se envolvem com a criminalidade, as invenções para continuar ou sair da “pista”, no entanto, acabam quase sempre levando para um caminho semelhante. **Estabelecer um vínculo que os convide a criar sentidos “para a crítica, a vida e a autopreservação” exige dos profissionais uma postura pela via dos afetos. Significa enxergar, dentro das relações, o que há de mais sensível e subjetivo de cada um.** O que não acontece sem incômodos e nem sempre garante êxito. Amilton, atualmente coordenador do Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade/ Subsecretaria de Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte (SMASAC/ SMAAS/ PBH), nos conta seu percurso nas políticas públicas de atendimento a adolescentes e jovens e ressalta a importância do papel de “referência” que o técnico precisa ocupar para fazer, de fato, a diferença na vida desses adolescentes.

Lembrando do período em que eu acompanhava adolescentes e hoje estando na gestão, uma coisa que é extremamente relevante para os jovens, é ele saber, é ele ter o técnico como referência. O adolescente, quando a situação de aperto e risco se apresenta, pede ajuda. Só que vai pedir de fato para quem é referência, quem de fato conseguiu estabelecer um vínculo mínimo de confiança. Esse é o maior desafio do serviço: **que os técnicos se coloquem no lugar de referência, de suporte, de apoio para o adolescente, e não num lugar de um serviço que vai impor condições sem uma devida construção conjunta. Eu vejo com preocupação quando o serviço se sustenta muito em processos e protocolos, e se afasta desse lugar de referência da vida do jovem, de fazer com que ele encontre no serviço um local de acolhida.**

Amilton Alexandre, coordenador do Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade/ Subsecretaria de Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte (SMASAC/ SMAAS/ PBH)

Atender adolescentes e lidar com esses ciclos de risco era a função de Maira Freitas, hoje coordenadora do Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas de Belo Horizonte (NAMSEP / PBH). No cargo anterior, de supervisora de casos, ela desenvolvia um olhar para as diferentes saídas elaboradas conjuntamente entre adolescentes e profissionais, e destes com ela. Ainda sobre o seu percurso profissional, Maira nos conta a experiência no atendimento de um adolescente em cumprimento de medida socioedu-

cativa de Liberdade Assistida em 2011, e os impasses que se apresentavam nesse circuito de riscos.

Realizei o atendimento com um adolescente com o apelido de *Kings Magic** no Liberdade Assistida. Pela imortalidade desse nome, ele se colocava para morrer, e dizia: “eu quero subir até o alto do prédio JK e escrever *Kings Magic*, eu posso morrer, mas meu nome vai estar lá”. Suas atuações pareciam tentativas de se imortalizar. Foi um caso que me angustiou muito. (...) No meu mestrado, eu queria entender o motivo de os adolescentes recusarem a oferta das políticas públicas de proteção. Era recusar a vida? O que estava em jogo? Um pouco do que eu concluí foi que há um certo **modo de se fazer viver com o risco, de ser visto, desse corpo pulsar com o risco, existir com o risco, mas, como em toda atuação de risco, a chance de morrer é grande**. Tirar isso de um menino, sem construir nada em troca, não é uma tarefa fácil. Os técnicos chegavam muito angustiados relatando casos de adolescentes que, mesmo ameaçados, “não abriam mão fácil”, recusando a oferta de proteção. Não abriam mão porque tinha alguma coisa ali que era muito maior do que o risco de morrer. Não podemos concluir rapidamente que se recusa, é porque quer morrer: a decisão de viver é muito complicada.

Maira Freitas, coordenadora do Núcleo De Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas de Belo Horizonte (NAMSEP / PBH)

Para quem não morrer é lucro, existir com o risco é, antes de tudo, uma estratégia de sobrevivência. A troca de perspectiva não costuma ser fácil porque demanda enxergar os adolescentes como sujeitos capazes de enunciarem suas questões, seus desejos, e proporem outras saídas para que seus corpos continuem a pulsar. É um trabalho árduo manter o vínculo à espreita do risco da morte.

Em mais de uma década de atuação como agente de segurança socioeducativo, Josânio Alves vem se reinventando nesse fazer. Dentre os muitos casos que traz na bagagem, um deles guarda na memória com especial afeto: o de um adolescente que teve o caminho atravessado pela morte de diversas maneiras. Primeiro, com a ameaça dentro de seu próprio território, anterior à medida de internação, e, depois, com a morte precoce, por suicídio, da mãe.

Comparecer ao enterro exigia uma operação delicada. No dia, preparamos tudo para que a polícia fizesse o acompanhamento junto conosco mas, quando chegamos lá, não teve ninguém para nos ajudar. E o menino me dizia "por favor, eu quero muito ver a minha mãe". Nós éramos quatro agentes, não sabíamos o que poderíamos sofrer, e tínhamos que proteger esse menino. Então, eu o coloquei do meu lado, porque os colegas ficaram um pouco assustados, e o levei até o caixão. Ele estava acautelado no sistema há uns quinze dias, e **eu me coloquei no lugar dele, porque, se fosse eu, gostaria de ver o rosto da minha mãe pela última vez.** Ele me agradeceu tanto...Depois, ainda precisei fazer várias intervenções junto com a equi-

pe técnica. Eu falava com os outros meninos, “você olham ele e, qualquer coisa, avisem”, porque ele estava com um papo de que ia se matar, e os colegas cuidaram mesmo. Teve um adolescente que ficou a noite toda velando o sono desse menino, com medo de ele fazer alguma coisa. *Josânio Alves, agente de segurança socioeducativo do Centro de Internação São Benedito*

A atuação sensível de Josânio teve a colaboração de diversos outros profissionais e também dos próprios jovens, criando uma rede de solidariedade que extrapola, em muito, o acontecimento específico. Para Marisa*, técnica que atua nas medidas de meio aberto, são dessas relações que surgem reais possibilidades de prevenção à letalidade. E André*, outro agente de segurança socioeducativo, lembra que, nos momentos de grande tensão e risco iminente dentro das unidades socioeducativas, são os profissionais que se dispõem a ajudar os meninos no dia a dia, estabelecendo vínculos para além do que é protocolar, seja trocando uma ideia ou jogando futebol, que dão conta de conter as crises por meio do diálogo, evitando violências. Com eles, aprendemos que um bom vínculo que faz diferença.



Quer se aprofundar nesse assunto?

Ouçã o primeiro episódio da nossa série do podcast FAZ DIFERENÇA

A psicóloga Cristiane Ribeiro, colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC) e psicanalista do projeto Desembola na Ideia, troca uma ideia com a professora e um dos principais nomes do ativismo negro do país, integrante do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte e do ODARA - Instituto da Mulher Negra, Benilda Brito. Também participa dessa prosa Alayê de Brito, que traz suas percepções como cientista político e jovem negro consciente de seu estar no mundo como um constante alvo do genocídio.

Ouçã aqui:





PERCEBER

cada adolescente e jovem como um ser humano singular

Entre tantas histórias que se repetem, perceber o singular de cada vida é um grande desafio. Ao longo de suas trajetórias, muitos adolescentes e jovens veem suas subjetividades silenciadas e apagadas, o que pode também ser naturalizado pelas redes que deveriam garantir assistência e proteção. Quando praticam alguma ação considerada ato infracional, esses processos já em curso são ainda mais intensificados.

Ao ser apreendido por um policial, o adolescente passa por uma delegacia e é levado ao Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH)⁷, onde comparece diante do Ministério Público (MP) e de um juiz, numa audiência em que é acompanhado por um defensor público, responsável pela sua defesa. Dali, sai com o processo arquivado ou uma medida socioeducativa para cumprir. Nesse caminho cheio de fluxos, impõem-se os desafios da celeridade da resposta judicial, especialmente o de trazer para os trâmites do pa-

7. O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) abriga a Vara Infracional da Infância e Juventude, a Promotoria da Infância e Juventude, a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (Suase) e as Polícias Militar e Civil. Para mais informações, acesse a lista de instituições, organizações e políticas públicas ao final desta publicação.

pel e da cena jurídica a singular história de um sujeito, seus laços, seus impasses e suas potencialidades. Muitas vezes, a escuta do adolescente fica restrita aos procedimentos, restando muito a ser dito e mais ainda a ser acolhido. E não é incomum, por exemplo, que eles só compreendam o que aconteceu depois do julgamento.

É o que a defensora pública Ana Paula Canela, responsável pela execução do direito constitucional de defesa desses adolescentes e jovens, chama de “moldura”: um enquadramento fechado e pré-definido que costuma engessá-los. O CIA-BH, onde trabalha, recebe mais de 600 adolescentes por mês, encaminhados pela Polícia Militar, o que torna o trabalho especialmente desafiador.

Eles chegam na Defensoria emoldurados pelo ato infracional, pelo crime, pela faceta mais opressora do Estado, que vai lá, realiza o flagrante e traz o adolescente para nós como alguém que está em risco e não cumpre a lei. Se está lá por um ato relacionado ao tráfico de drogas, já se torna um traficante; se foi um crime contra o patrimônio, é o ladrão, se teve uma relação com uma namorada menor de 13 anos, abusador sexual; e por aí vai, com todas as tipificações que existem no nosso código penal. **É muito difícil para esse adolescente, por si mesmo, desconstruir esse etiquetamento que o sistema naturalmente já faz. Então nós, como instituição, tentamos oferecer uma escuta qualificada e um espaço de voz para eles, percebendo a potência latente da juventude.**
Ana Paula Canela, defensora pública da Especializada de Infância e Juventude – Ato Infracional

Antes mesmo de ocupar o lugar de adolescente autor de ato infracional no encontro com o sistema de justiça juvenil, muitos adolescentes e jovens experimentam o peso do que parece ser uma sentença declarada. Muito cedo são desacreditados por familiares e vizinhos diante de possibilidades tão restritas, enquanto as instituições que deveriam fazer diferença preferem reiterar a inadequação desses meninos e dessas meninas aos seus moldes. Expulsos da escola precocemente, por vezes sem nunca ter tido acesso a dispositivos de saúde e assistência básica, o envolvimento com a criminalidade e os índices de letalidade precoce parecem ser não apenas aceitos, mas esperados.

Os adolescentes do Sistema Socioeducativo, da Política de Prevenção, do Desembola na Ideia, são negros, moradores de periferia, e isso não é um acaso. **A prática infracional é muito estereotipada, há uma criminalização por atos que, teoricamente, não justificariam uma medida, mas são aplicadas por questões que passam pelo racismo e o machismo. Essa criminalização de uma vivência e um modo de existir está dado para esses adolescentes, e as nossas instituições reproduzem e reforçam isso.** Eu já acompanhei várias audiências, há uma condução que é racista do início ao fim, uma abordagem que acontece baseada na imagem de um elemento suspeito, banalizando quando ele diz "forjaram para mim". Parte-se sempre do princípio que ele está mentindo, não tem presunção de inocência para os nossos jovens, eles já nasceram culpados. *Cristiane Ribeiro, colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC)*

Criar brechas para romper com esse ciclo faz parte da vida de Cristiane desde a sua juventude, quando atuava em projetos sociais na comunidade onde cresceu. Na trajetória como psicanalista nos últimos 10 anos, é por meio da escuta que ela busca construir, junto com os adolescentes, novos traçados de futuros possíveis. "Querem que eu morra, mas eu não vou morrer, essa estatística não vou sustentar", é um movimento que ela percebe nas mudanças cotidianas a que eles se dispõem.

Nesse contexto, como abrir espaço à escuta da singularidade, como acolher a história do adolescente, como acolher sua percepção do encontro com as instituições e com a cena jurídica? Como oferecer uma escuta que promova laço e confiança, em meio aos cotidianos atarefados e aos rituais da justiça, em sua maioria, desconhecidos pelo adolescente? Como inserir o não saber sobre o outro que permita ao sujeito ser o portador da narrativa de sua própria história, seu território, seus laços e suas redes?

É como se, no processo, cada um tivesse um pedaço desse quebra-cabeça. Chega a história para a gente toda em pedaços, contada pela visão só do policial, dentro daquele espaço frio do boletim de ocorrência, e o papel da defesa não é desconsiderá-la, mas trazer outros elementos. Se você consegue perceber o adolescente, ter uma relação de empatia e confiança com ele, é possível fazer uma imagem mais completa, porque ele mesmo te oferece as ferramentas necessárias. O estatuto é uma lei admirável, cabe a nós tirar isso do papel e atuar por um viés protetivo

e muito menos punitivo. Nós somos condicionados a pensar que, para todo ato, necessariamente tem que ter uma punição, é muito difícil a gente superar o paradigma da penalização. Mas quem trabalha seriamente com o Socioeducativo vai muito além disso.

Ana Paula Canela, defensora pública da Especializada da Infância e Juventude – Ato Infracional

É fundamental analisar o progresso desse jovem, se ele já teve outras medidas e se elas tiveram efeito. Ver com os técnicos que estão na regional como foi a ligação dele ou se nem houve os primeiros atendimentos. Nós vamos monitorando e tentando fazer disso um filme mais interessante dentro do processo, porque, muitas vezes, a história do adolescente é esfacelada. É muito frio você simplesmente ter uma certidão de antecedentes e não aprofundar realmente no porquê de estar acontecendo repetidamente um ato, o que está por trás da história desse jovem.

Joana, técnica do Setor de Acompanhamento ao Adolescente em Situação Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAASE/TJMG)⁸*

O que tem a menor importância, às vezes, é o ato infracional que o adolescente cometeu. A gente vai escutá-lo, entender o contexto em que ele está, porque cometeu aquilo. Tentar escutar com sensibilidade

8. O Setor de Acompanhamento ao Adolescente em Situação Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAASE/TJMG) tem como atribuição monitorar o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

de aquele adolescente e o papel de tentar transmitir a sua fala para um processo que é tão burocrático, contar essa história para o juiz, para o promotor e apresentar o adolescente para além do ato infracional é algo que passa pelo nosso trabalho e que não é tão fácil. *Cláudia Panzini, assistente social judicial do Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG)*

Responsáveis pela produção de pareceres que auxiliam o juiz a determinar a execução ou progressão de uma medida, Joana* e Cláudia, assim como Ana Paula, se propõem a uma montagem complexa para construir outras imagens dos jovens para além das que já são conhecidas. Substituir molduras pré-definidas por um quebra-cabeça com peças que nem sempre se conectam de forma fácil ou óbvia ou por um filme que exige o movimento de uma série de atores, são propostas que desestabilizam processos cuja realização costuma prescindir das pessoas que deveriam ser o seu foco principal.

Esse é também o trabalho de Afrânio Nardy, juiz que acompanha adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em Belo Horizonte. É na escuta das trajetórias e dos projetos de vida de cada um deles que o juiz encontra a fonte e as saídas para a sua atuação.

É preciso acreditar nos sonhos e projetos de vida desses jovens que a gente acompanha. Eu acredito muito e aposto muito na construção desses projetos

de vida, e é por meio da escuta e da incorporação desses projetos nas nossas construções diárias e nos nossos acompanhamentos como profissionais desses jovens é que a gente consegue, de alguma forma, fazer a diferença. *Afrânio Nardy, Juiz auxiliar da Vara Infração da Infância e Juventude de Belo Horizonte*

“Cada menino é um universo desconhecido”

É uma série de “nóis” que Marisa* recebe quando convida o adolescente à palavra em seus atendimentos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). É por meio do pronome que, a princípio, parece indicar muita gente em um processo de auto responsabilização individual característico do cumprimento das medidas socioeducativas, que os adolescentes protagonizam as tramas nas quais se envolvem. Em momentos assim, não é sem embaraço ou desconforto que eles recebem a provocação lançada pela psicóloga: “nóis quem?”.

Cada menino e menina é um universo desconhecido. Embora as histórias se repitam com uma frequência absurda, nós não podemos confundir as pessoas com aquilo que chega, reduzir ou definir as possibilidades com base no que você escuta ou não. **A primeira história raramente é diferente, porque mostra na parcela da sociedade criminalizada, que têm vivências, problemas, sofrimentos e atuações muito semelhantes. Mas a possibilidade e o caminho para o trabalho**

tem que ser diferente, e é isso que nós temos que encontrar. *Marisa**, técnica do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação Serviço à Comunidade

Fazer com que esses universos se mostrem e entendam a sua potência é um trabalho que estimula a passagem de uma posição de objeto a sujeito no mundo. A grande maioria dos processos pelos quais adolescentes e jovens são submetidos até chegar ali, do acesso restrito a serviços de educação, saúde e lazer, ao complexo caminho quando são levados ao CIA, reforçam lugares que os impedem de definirem a si mesmos, suas realidades e identidades.

Comprometidos com uma ideia de proteção que, no entanto, desconsidera essas singularidades, professores, médicos, policiais, juízes, familiares e vizinhos produzem pouco efeito em trajetórias continuamente marcadas pela exclusão.

Uma das coisas que mais me incomodavam no tribunal, era quando eu perguntava para os adolescentes o que tinha acontecido, porque o meu trabalho era esse, e eles respondiam "33", "157". **O convite à palavra para que digam o que é deles que está no meio do ato é algo que demora.** O mundo inteiro os enxerga sempre do pior jeito, então entrar, vincular, se abrir, eles não fazem com qualquer pessoa. Se na sua vida inteira você não teve praticamente ninguém com quem pudesse fazer isso, é difícil. E tem também uma **lógica de os meninos se defenderem fazendo**

um discurso padrão daquilo que ele acha que você quer ouvir e que a sociedade coloca que ele deveria ser, como não estar mais no crime, fazer um curso, etc. *Bárbara Afonso, psicanalista do Desembola na Ideia*

Muitas vezes, eles não percebem que estão só reproduzindo, mas que podem produzir também, junto com a gente. **É um desafio construir com eles uma forma diferente de perceber a si mesmos. A gente faz diferente quando percebe a história dele, não é um "adl", mas um fulano de tal.** E não é só o técnico que faz isso, mas o socioeducador, o auxiliar educacional, a própria direção, a faxineira, todo mundo que está ali. Um termo antigo que se perdeu era "comunidade socioeducativa", mas eu ainda considero como algo nosso. *Henrique Diniz, técnico da Casa de Semiliberdade Letícia*

Perceber o que é único de cada adolescente é também o material de trabalho de Bárbara e Henrique. Por meio de uma escuta que não se restringe às salas próprias de atendimentos, ambos se reinventam no ofício que o convite à palavra demanda. Com atendimentos que se modulam aos movimentos dos próprios meninos e meninas, seja quando estão no jardim trocando uma ideia uns com os outros ou mesmo entre os intervalos das oficinas, a psicanalista do Desembola na Ideia encontra as estratégias para alcançá-los.

Além dessas acolhidas aparentemente despreziosas, na Casa de Semiliberdade Letícia, o psicólogo vai criando oportunidades dentro do próprio cotidiano para que os des-

locamentos aconteçam. Isso porque, ao completarem oito dias internados na Casa, os adolescentes iniciam as saídas externas e então têm a opção de aderirem à medida ou não — e o esforço para que permaneçam dá o tom de todo o percurso. Henrique faz questão de sempre acompanhá-los na primeira ida a um novo curso distante da unidade, por exemplo, quando as molduras de técnico e atendido podem se tornar menos rígidas.

É uma postura que demanda atenção a outras molduras muitos comuns, lembra Marisa*: da vítima social e do sujeito responsável pelas próprias escolhas. Entre uma e outra, ela margeia a linha tênue que as separa, no esforço contínuo para que elas não se fixem ou se enrijçam ainda mais.

Eu acho um erro falar com o adolescente que ele é responsável pela saída e pelo sucesso; Sinase⁹ e a Socioeducação ainda têm muito disso. Às vezes, **o respeito à individualidade é confundido com uma responsabilização individual pelo processo, falar de uma proposta educativa que respeita individualmente o contexto do adolescente não é colocar nele a responsabilidade de superação de uma condição na qual ele nasceu inserido.** É difícil conversar com o adolescente sobre não estar numa posição de vítima social e também não ser responsável total por ser um “fracasso”. Não podemos naturalizar as coisas,

9. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) apresenta o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

mas chamar os meninos para pensar porque eles são discriminados e ajudá-los a se defenderem futuramente de episódios de violência estrutural. *Marisa*, técnica do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação Serviço à Comunidade*

Não são poucos os episódios em que ela precisa intervir com a surpresa. Uma tatuagem não aceita numa entrevista de emprego, a dificuldade de adequação da escola aos atrasos nas matérias em relação aos outros estudantes, e a recusa de atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sem a presença dos pais são algumas das situações nas quais é preciso chamar o adolescente para uma percepção de si mesmo como sujeito ativo, capaz de promover transformações em seu próprio caminho.

Tive um menino desses mais "durões", que chegou no primeiro dia de atendimento e disse "nem precisa perder o seu tempo, assim que eu puder ir para casa, não volto mais". Nessa hora, você tem duas possibilidades, falar "ok" ou tentar convencê-lo de que isso é prejudicial. Falei para ele que, dali a tantos meses, poderia ir para o SENAI, Jovem Aprendiz, ASPROM, algumas opções de garantia de renda. Ele olhou para mim e fez uma pergunta muito simples: "como é que você sabe disso tudo?". Eu quase caí do cavalo. Depois de anos trabalhando, parece que a gente nasce sabendo. A pergunta dele me impactou porque, quando eu tinha a mesma idade, também não sabia de nada disso. Fui acessar a faculdade porque entrei

para um cursinho vestibular gratuito, a minha escola, em momento algum, me explicou o que era o Enem. **Acho que a pergunta dele era “por que ninguém nunca me falou dessas coisas antes, por que, até agora, a única coisa à qual eu tive acesso foi o tráfico?”. Ele me disse, “se isso que você está falando for verdade, eu vou ficar”, e ficou. Foi o único a concluir o EJA em três meses, depois o SENAI. Ele só precisava acessar um direito, muito pouco para sair da criminalidade. “Agora que eu sei, eu posso escolher outra coisa”.**

Giovanni Silva, técnico da Casa de Semiliberdade São João Batista

A transformação também precisa alcançar os sistemas e os seus profissionais, mostra Giovanni. Os desconfortos são próprios à prática do psicólogo na casa de Semiliberdade São João Batista — o que, na sua avaliação, não poderia ser diferente. Provocações como a narrada o relembram da proximidade de sua história com as de alguns dos jovens por ele atendidos, e o colocam constantemente a trabalho. A procuradora do trabalho Luciana Coutinho chama a atenção para os níveis desiguais em que esse público se encontra quando vai frequentar a escola, disputar uma vaga no mercado de trabalho ou em um curso profissionalizante, fruto de negligências de todo o sistema de garantia de direitos, e ressalta o papel do Estado como reparador nesse cenário. É o que também acredita o Subsecretário de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, Bernardo Naves, ao tratar do Sistema como um espaço que deve oferecer novos caminhos e perspectivas para os adolescentes e jovens atendidos, e não apenas responsabilizá-los pelos atos cometidos.

Os adolescentes envolvidos com o empreendimento econômico do tráfico de drogas estão em situação de trabalho infantil. **Esses trabalhadores devem ser considerados como vítimas que precisam de proteção social, para que se abram outros caminhos e horizontes. É um público que não está nessa situação de forma voluntária. O que nós fazemos agora é quase uma espécie de reparação, estamos a dever para esses adolescentes. Precisamos buscar alternativas, oportunidades e possibilidades para poder fazer isso.** *Luciana Coutinho, procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT)*

Ele quer recursos, dinheiro, status dentro da sua comunidade, e nós tentamos mostrar um novo jeito de ter isso. **A simples conscientização e responsabilização do que fez errado é importantíssima, mas a gente tem que olhar daí para frente.** Nossa missão é reeducar e interromper a trajetória infracional, é preciso devolver ao adolescente sua condição de fazer escolhas de futuro. Tenho plena ciência de que tem casos que a gente não vai conseguir, mas não podemos desistir de nenhum. E a gente só pensa isso com menos restrição de liberdade. *Bernardo Naves, Subsecretário de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais*

Entre o si mesmo e o coletivo

São nos movimentos sociais e artísticos que Joanna Arllen e Leandro Zerê, integrantes do Fórum das Juventudes da Grande BH¹⁰, encontram meios para lidar com essa linha tênue. Procedentes das periferias de Santa Luzia e Ibirité, respectivamente, os artistas atuam criando espaços e linguagens para si e outros jovens de origem semelhante.

Eu já entrei e saí de vários movimentos sociais e estudantis. Quando eu era secundarista, a questão principal era **a ausência de protagonismo**. Eu não conseguia me identificar dentro do processo, e aí entendi que havia outras formas de se fazer a mesma coisa. O movimento Hip Hop foi uma escola para mim desde sempre, fraga, eu consegui ser muito mais atuante com a sensação de pertencimento que ainda não conhecia. O objetivo, as ideias, não batem. **A identificação com a nossa história e a nossa trajetória é certa, a gente se sente acolhido, você consegue colocar as suas questões pessoais dentro daquele coletivo e aquilo não vira um problema, mas vai ser solucionado entre pares.**

10. O Fórum das Juventudes da Grande BH se organiza em uma rede da sociedade civil composta por ativistas, organizações e coletivos que atuam em defesa dos direitos juvenis, especialmente das juventudes negra e periférica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Eu acho que é isso o que mantém a galera unida nesses espaços. *Leandro Zerê, poeta, integrante da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes da Grande BH e do coletivo Terra Firme*¹¹

A juventude é muito plural e os movimentos sociais precisam ser plurais, e não somente reproduzir o sistema que já está posto. **Quando a gente se encontra dentro de um movimento com uma linguagem específica, isso é muito transformador, consegue se ver e ver que existe uma discussão que nos alcança e se torna verdade mesmo.** Quando eu entrei para a Academia Transliterária, isso fez uma mudança muito forte na minha vida. Além de encontrar outras pessoas que também são trans, elas também estavam trazendo questões políticas para as produções. *Joanna Arllen, artista, integrante da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes da Grande BH e dos coletivos Academia TransLiterária*¹², *GallaOnFire* e *Pretas T*

O protagonismo recorrente em suas falas é um processo contínuo de transitar entre o que é comum e o que é singular para cada um. Os movimentos nomeados vão se

11. O Coletivo Terra Firme é uma cooperativa de trabalho que desenvolve ações de comunicação, produção de eventos e confecções de serigrafia.

12. A Academia Transliterária é um coletivo de artistas travestis, transexuais, transgêneros e de pessoas cisgêneras próximas à pauta que investigam estratégias, estéticas e linguagens artísticas para difusão e protagonismo da arte e cultura trans e periférica.

tornando, para além daquilo que se propõem à primeira vista como objetivo, pontes para alcançar as redes pouco acessadas em suas trajetórias. Zerê e Joanna contrapõem a participação nesses movimentos com diversos episódios em que foram constrangidos ou mesmo impedidos de fazerem uso de espaços e serviços públicos. Como quando ele escutou, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do seu bairro, que, aos 21 anos, só poderia fazer a solicitação do benefício estudantil com a presença da mãe. Nunca mais voltou. Quando o assunto é fazer pontes, Mc Twu do Barreiro também sabe do que se trata. Oficinheiro do Programa Fica Vivo!¹³ desde 2017, ele oferece para os adolescentes e jovens de sua comunidade no bairro Águas Claras, no Barreiro, muito mais do que um aprendizado sobre futebol e funk, temas das suas atividades.

Os jovens me procuram para coisas muito básicas, como conseguir preservativo. Eu vou no posto e pego um monte para distribuir entre os meninos. Tem um jovem que acabou de sair do sistema prisional, a equipe do Fica Vivo! está tentando arrumar um emprego para ele, até pessoalmente eu o ajudo, chamei para uma obra aqui em casa. **É um desafio ser essa figura de referência para os mais jovens, faz a gente ter mais responsabilidade. E a gente tem que sempre bater na tecla do acesso aos serviços. No posto de saúde, eles não vão de maneira alguma,**

13. O Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo! é uma política pública do estado de Minas Gerais vinculado à Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) na Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

muitos que não têm nem cadastro no SUS. Menino novo que não quer mais saber da escola e o CRAS só tem acesso quando a gente reservava um horário na quadra para jogar futebol e eu aproveitava para conversar com eles sobre a assistência que poderiam ter, mas acho que ninguém nunca procurou. O que tem de entretenimento para eles, aqui, é só o Fica Vivo!. E, com o Programa parado agora, eles ficam à mercê de qualquer coisa. A gente fica orientando a todo o momento. *Twu do Barreiro, rapper, produtor musical e oficineiro do Programa Fica Vivo!*

Acho que a escola é uma das redes mais difíceis, porque, muitas vezes, entende que o papel dela está dado ali dentro e ponto. Me lembro de uma vez, que estava rolando toque de recolher, e nós precisávamos ir à escola para discutir um caso. Tivemos que montar um super esquema por conta de bala perdida, o horário de aula estava reduzido, tudo no limite. E aí, quando a gente foi perguntar para o diretor como estava a situação, ele disse "tem uma guerra aí, mas eu tenho que cuidar do portão para dentro, aqui não tem nada, o povo respeita demais". Como podemos ajudar esses meninos e meninas a chegar à escola, desviando de bala, quando a instituição encontra limites para isso? Esse é um dos nossos desafios. *Anne Cristina Silva, técnica analista social do Programa Fica Vivo!*

Ao mesmo tempo que a gente apresenta o jovem para a rede, a gente também a apresenta para a rede

para o jovem, falando dos seus direitos, nesse papel de intermediar. O papel da rede é de continuidade, dar acesso. E o nosso é o de mostrar ao jovem que ele não está sendo negligenciado porque a rede não pode ir até cada um: a gente faz uma ponte.
Gabriel Lyra, estagiário do Programa Fica Vivo!

Tornar-se ponte é a metodologia do Programa Fica Vivo!, cuja formatação se adequa às composições e trajetórias dos diferentes territórios onde atua. Anne Cristina e Gabriel Lyra atuam na unidade da Vila Pinho, no Barreiro, e ressaltam o quanto para esses jovens manter-se na escola, conseguir um atendimento no CRAS ou no posto de saúde do bairro não é um caminho natural, é preciso ser construído.

**CRIAR PONTES
É, ASSIM, UM
MOVIMENTO
CONTÍNUO
QUE FAZ
DIFERENÇA.**



Somos

Não nos conte,
pois não somos números
Nos cante, somos contos
Pelos cantos, sobre escombros
Somos tantos, somos prantos
Dos Santos, Oliveiras
Da Silva's, Ferreira's
Somos sonhos
e estamos vivos irmãos
Estamos vivas irmãs
Para os que não estão
Que não só memórias vãs
Que não só memórias vís
Pois somos o fruto
Dos pretos coroados
Na Igreja Matriz
Pois se a cor do luto
Te cobre a pele, vista
Pois preto, preto inspira vida!

Leandro Zetê, no livro Afrogênese (2019)



Perceber a singularidade de cada vida é questão fundamental para o psicanalista Musso Greco, à frente do projeto Desembola na Ideia. Em seu trabalho, é no *um a um* que a palavra pode circular de maneira inventiva e transformadora. De forma diversa, mas não menos potente, é também a premissa do promotor de justiça Márcio Rogério. Mesmo entre tantos processos e demandas, na 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de BH ele busca criar ferramentas que possibilitem conectar as necessidades singulares dos adolescentes e jovens atendidos às demandas sociais mais amplas.

Se interessou? Então, não deixe de escutar essa prosa no segundo episódio do podcast **FAZ DIFERENÇA**

Ouçã aqui:





HUMANIZAR

os serviços e as/os profissionais que atuam na rede de atendimento e apoio às trajetórias de vida de adolescentes e jovens

“Por que escolhi trabalhar com esse público, o que me move a estar aqui?”. O lugar do desejo permeia a fala de todos os trabalhadores, dos que fizeram cedo as suas escolhas àqueles que, como André* e Josânio, se deram a oportunidade de encontrá-lo um pouco mais tarde. A questão surge como uma forma de conectar e dar sentido ao fazer marcado pela proximidade com o risco, a morte e os impasses próprios que envolvem a socioeducação e a prevenção à criminalidade em um país como o nosso.

É o que também move a vontade de fazer diferença diante da falta ou da precariedade de estruturas, das equipes reduzidas e dos cortes de verbas. Ao embarcar nesse desafio com nome próprio, muitas vezes remando contra a maré, cada trabalhador provoca uma faísca de mudança muito importante. Acreditar no próprio trabalho e no valor da vida de cada adolescente, acima e apesar de tudo. E fazer com que essa se torne uma premissa verdadeira de toda a rede, mediando o desejo e a ação individuais com as instituições, é o grande desafio.

Rostos e nomes das instituições

Eu comecei a construir um caminho dentro da arte quando os meus pais precisavam trabalhar e eu ficava muito sozinha dentro de casa. Por incrível que pareça, o primeiro projeto do qual participei foi um programa da Secretaria de Esporte de Santa Luiza, que promovia treinos e competições entre pessoas da periferia, preenchendo espaços até então vagos em rotinas muito violentas. **Apesar de ser de uma política pública, eu só permaneci porque tinha uma pessoa lá dentro que participava de movimentos sociais e sabia lidar com as pessoas que estavam ali, sabia conversar, fazer essa troca e usar de outras linguagens para além da fala.** Os professores desse programa também estavam voltados para educação artística, assim conheci a Oi Kabum!, onde eu comecei a me construir como identidade, raça e gênero, meu primeiro acesso a essas questões. *Joanna Arllen, integrante do Fórum das Juventudes da Grande BH*

Engajada em diversos movimentos sociais e artísticos da cidade, a artista Joanna Arllen encontrou alternativas para transformar ciclos traçados pela sua origem. A sempre tênue vinculação a programas e projetos, ainda mais na adolescência, não se faz apenas aderindo ao discurso das políticas públicas, como mostra ela. Muitas vezes, é justamente quando o peso das instituições é suspenso ou pode ser momentaneamente ultrapassado, é que elas conseguem alcançar aquilo a que se propõem. Com os jovens atendidos pelos programas de prevenção e o Sistema Socioeducativo, não é muito diferente.

Em geral, a ordem judicial, a polícia, a justiça, **essas instituições e o peso da estrutura significam muito menos para o adolescente do que a gente imagina.**

Quando eu o recebo para trabalhar, a primeira porta de entrada é o respeito e, a partir daí, ele começa a compreender o que nós estamos propondo. Eu sou uma pessoa que, sim, representa o poder público nesse cenário da medida, mas, principalmente, preciso ser alguém que o respeita, enxerga, percebe, escuta, considera. **O relacionamento dele com a medida começa nesse momento, e não quando chegou ao CREAS, ou porque passou pelo CIA.** É uma fase em que pessoas com quem você se relaciona, se admira ou não, se gosta ou não, te arrastam, convidam, convencem, envolvem a compreender o papel do trabalho ali. *Marisa**, *técnica do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação Serviço à Comunidade (PSC)*

Por mais que muitas instituições públicas insistam que qualquer pessoa é capaz de representá-las e fazer o mesmo trabalho, Jô e Marisa* não deixam dúvida de que, na prática, se dá de outras formas. Quando adolescentes e jovens chegam ao CREAS, obrigados a cumprir a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), é o rosto e o nome de Marisa* que as convidam a permanecer e se vincular. Como ressalta a psicóloga, a grande maioria não sabe sequer o que esperar da instituição, e é por isso que humanizar profissionais e serviços é uma pauta tão importante.

Um dos desafios no cotidiano de trabalho em políticas públicas é conseguir olhar para adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, como um público legítimo de ser acolhido e escutado. Noto que, às vezes, há uma tendência em legitimar muito mais a presença e as demandas de outros públicos, como idosos e crianças pequenas, mesmo quando é grande o número de jovens que procuram os serviços. Os fenômenos de violação de direitos contra juventudes negras e periféricas acabam ficando em segundo plano, às vezes nem aparecem. Fico pensando que **tem tanto uma questão de disponibilidade para a escuta e o acompanhamento de trajetórias juvenis na ponta, quanto o comprometimento da gestão com o diálogo efetivo e com condições de trabalho mais propícias.** Percebo alguns jovens como verdadeiros sobreviventes numa trajetória de vida tumultuada por racismo e outras violências. E as demandas que apresentam ali, no contexto do atendimento, funcionam como uma busca de apoio para a vida, uma referência com a qual se pode contar. Manter-se vivo numa sociedade racista e organizada pela centralidade do capital, é uma tarefa coletiva para a qual são necessárias políticas públicas e projetos que compactuem com a vida. *Karina dos Santos, analista de Políticas Públicas na Diretoria de Políticas para as Juventudes de Belo Horizonte*

Oferecer um rosto e um nome que permitam esse encontro requer também um olhar atento às juventudes como um público legítimo do trabalho, com questões próprias e especificidades diversas, como ressalta Karina dos Santos.

Na Diretoria de Políticas para as Juventudes de Belo Horizonte, a psicóloga percebe um olhar assistencialista de alguns trabalhadores, que dificilmente possibilita vínculos que estimulem o protagonismo e a autonomia dos adolescentes atendidos.

“Você percebe que na política pública ou no projeto em que atua, a vida de adolescentes e jovens tem a mesma importância que a proteção de outros públicos? Nota o atendimento e a escuta às demandas dessa população como uma prioridade na sua área de atuação?”, são algumas das questões que Karina se coloca e convida outros a se fazerem.

Para além do protocolo

Encontrar as medidas e as brechas dos protocolos que balizam a relação entre atendidos, profissionais, instituições e redes, ultrapassando a ideia simples de oferta, coloca todo mundo em constante trabalho.

Para dar conta da diversidade de questões, atores e contextos que cada adolescente e profissional traz do seu universo, fluxos e protocolos são constantemente criados, revistos e aprimorados. Inegavelmente importantes, colocá-los em prática nas políticas públicas envolve uma postura crítica, já que não são poucos os desafios que as vivências impõem e, nem sempre, é possível alcançar ou dar conta de todas elas.

Muitas vezes, nós escutamos “a oferta está aqui, mas a gente não consegue chegar até o adolescente, ou ele não consegue chegar a esses serviços”. Há várias questões que fazem diferença, como a referência

técnica, a criação de vínculos e a forma do encontro do técnico com esse adolescente, muitas vezes permeado por uma série de fluxos e instituições. **No meu trabalho, faz diferença ser um ponto de vínculo que enderece as demandas e as necessidades do jovem para os pontos da rede, apresentando a quem já tem, muitas vezes, um percurso enorme por instituições, sem uma relação de confiança, de aposta, de esperar algo do encontro com o Centro de Saúde ou com a escola, um outro tipo de encaminhamento.** Eu percebo muito como, às vezes, ir junto a alguns pontos da rede faz diferença para que essa adesão se produza, para que se crie uma estratégia protetiva mais eficaz. *Selmara Mamede, psicóloga analista da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte*

É você ser referência para esse jovem por meio da escuta, do espaço de autonomia e da confiança. Uma referência que vai até certo ponto do sistema, com todas as ferramentas que nós temos do atendimento, mas ela ultrapassa essa barreira quando você consegue dar continuidade, é um acompanhamento muito mais amplo do cotidiano dessa pessoa. Às vezes, nós fazemos o atendimento agendado que o promotor determinou, mas vamos muito além. É algo muito pessoal, uma disponibilidade que você tem para aquele jovem. Ele aparecer de última hora, e você falar assim "não, você aguarda que eu vou te atender", ou você ligar na semana seguinte e perguntar "você conseguiu fazer a entrevista de emprego?". É meio que pegar na mão, acompanhar

e ter interesse com a vida e o cotidiano da pessoa.

Alessandra Vasconcellos, assistente social analista da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infrafracional de Belo Horizonte

Como parte do desafio, Selmara Mamede e Alessandra Vasconcelos fazem do seu cotidiano um "ofício da persistência". Na 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - Área infrafracional, a psicóloga e a assistente social recebem casos complexos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, principalmente de riscos graves por ameaça e abandono, cujas saídas os saberes diários não dão conta de apresentar tão facilmente. Nesses casos, as duas buscam oferecer mais do que a incidência pontual prevista no trabalho, modalizando e criando passagens pelas normas e os modos de fazer que regem as instituições.

Tem algo que está posto no acompanhamento do técnico em relação ao adolescente, mas tem algo que é de um esforço pessoal. A minha formação é voltada para pensar no caso a caso, no que escapa do protocolo, e, em uma unidade de internação, são muitos protocolos. No dia a dia, **nós tentamos atuar a partir das brechas, porque a norma não dá conta de tudo, ela falha, e é nesses momentos em que algo escapa, que nós conseguimos entrar, possibilitando a invenção do sujeito. Não é todo mundo que topa isso, tem gente que acha mais cômodo ficar no protocolo ou, às vezes, até o desconhece. Nós precisamos conhecer o protocolo para fazer um bom uso**

dele, ainda que não seja seguindo-o cegamente, sem particularizar os casos. *Cristiane Zeferino, psicóloga no Centro Socioeducativo Lindeia*

No Centro Socioeducativo Lindeia, Cristiane Zeferino é uma das que vai além e acolhe o difícil papel de não deixar com que os adolescentes percam o contato com o “mundão lá fora”. Por acreditar na potência da construção de novas alternativas e vínculos que esses intercâmbios possibilitam, ela se engaja constantemente na promoção das atividades que mais produzem laços, de arte e cultura. Ora colocando os artistas para dentro, ora levando adolescentes e jovens literalmente para fora.

Mas, as tais brechas também se dão nas atividades mais corriqueiras, como levar um dos atendidos ao posto de saúde a pé na falta de carro disponível, momentos em que se torna possível provocar fissuras em fronteiras e muros aparentemente enrijecidos.

Emanuelle Lopes é outra dessas profissionais que não se contenta com o que está posto. Como terapeuta ocupacional, é quem planeja a oferta de atividades no Centro de Internação Provisória (CEIP) Dom Bosco, sem se limitar a simples oferta. Já perdeu a conta de quantas vezes precisou entrar nos alojamentos atrás dos jovens que se recusavam a partilhar do cotidiano com os demais, buscando criar novas alternativas junto com eles.

Ambas acreditam no esforço e na vontade pessoais para realizar o trabalho, mas lembram que precisam vir acompanhados de uma constante reflexão sobre o que o fazer

propõe e mobiliza. Ainda mais em instituições com problemas estruturais complexos como os centros de internação, onde violências e vulnerabilidades se apresentam de forma muito mais escancarada.

Muita gente chega atraída por essa possibilidade de transformação, por acreditar que é possível, e se frustra no percurso porque não entende a complexidade da formação de um ser humano. **Quando você pensa no adolescente nesse processo, consegue enxergar o profissional, porque é uma mudança de paradigma.** Há aqueles que começam a acreditar, mas acham que o Sistema é ineficiente, "isso aqui não adiantou de nada, ele voltou". Como é que você pensa que aquele adolescente, de uma hora para outra, vai mudar tudo? E há os que, de fato, não acreditam, e vão pelo mesmo viés da violência que levou os adolescentes até ali. *Emanuelle Lopes, terapeuta ocupacional no Centro de Internação Provisória (CEIP) Dom Bosco*

Ofertar capacitação e formação contínuas para os profissionais, investir na construção e supervisão dos casos e encontrar estratégias de integração das equipes técnica e de segurança são alguns dos caminhos que Emanuelle, em seu longo percurso no Sistema Socioeducativo, percebe como saídas possíveis para a qualidade do trabalho. A bandeira é defendida pelo promotor de justiça Márcio Rogério, que esteve à frente de diversas construções que vão ao encontro dessas propostas, como o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA -BH), o Fórum Permanente do Sistema

de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte e o Programa Descubra!¹⁴

É um problema da rede como um todo, e o Sistema de Garantia de Direitos ainda não conseguiu, embora isso faça parte de todas as diretrizes e das recomendações, efetivamente ter políticas de formação de recursos humanos, para que as pessoas que vão trabalhar e atender os adolescentes sejam capazes de se comunicar com eles de uma maneira mais eficiente e competente. Nós vemos muito choque geracional, autoritarismo e subjetivismo, com uma incapacidade total de entender o que é o adolescente. **Hoje se usa muito a expressão "criação de vínculo", significando que uma pessoa teve a capacidade de se comunicar com aquele adolescente e estabelecer com ele uma relação de empatia, e o adolescente aderiu ao atendimento não por causa do programa ou do serviço, mas por causa daquela pessoa.** *Márcio Rogério, promotor de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte*

14. Programa Descubra de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais é resultado de uma cooperação interinstitucional inédita com o propósito de fomentar a ampliação dos programas de aprendizagem profissional para adolescentes egressos de medidas socioeducativas, em situação de acolhimento institucional ou resgatados de situação de trabalho infantil, de 14 a 24 anos. Para mais informações, acesse a lista de organizações, políticas e projetos ao final da publicação.

É tênue a linha percorrida pelas práticas que fazem diferença, entre ações cotidianas movidas pelos desejos pessoais e a necessidade de que consigam gerar mudanças estruturais.

Percorrendo bastidores

Nós temos que fugir um pouco das caixinhas, não nos limitarmos apenas àquilo que entendemos como oferta. Um grande problema nos programas para jovens é que os discursos que levamos ou são os institucionais da política ou das instituições. **Os discursos dos jovens são muito pouco escutados, porque é difícil, porque as políticas, para se organizarem, sempre colocam uma parte que é muito burocrática e limitada, e, para lidar com um público tão complexo e diferenciado, é difícil se limitar a tantas questões que são da rotina e da burocracia das políticas.** Ao mesmo tempo, é preciso ser legitimado como política pública, responder às questões éticas regradas por um sistema, não é fácil sair dessa caixinha. Acho que nós temos que fazer diferença nesse momento, quando você é criativo e consegue abrir uma janela, uma possibilidade de construir algo novo. *Márcia Alves, diretora de Prevenção a Criminalidade na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção*

Em sua trajetória com juventudes e violência urbana, Márcia Alves aprendeu que os laços que as políticas públicas constroem com os jovens são, quase sempre, muito frágeis. Colocadas como foco central do trabalho, as demandas burocráticas acabam, por vezes, deixando de lado o diálogo necessário com o seu público.

Como construir essas pontes em espaços e políticas que atuam com adolescentes e jovens por meio de uma escuta indireta? É nesse trabalho de “bastidor” que atua a promotora de justiça Paola Nazareth. No Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, ela apoia outros promotores com a produção de materiais e notas técnicas, no esforço para que as dimensões burocráticas e técnicas não se sobreponham ao objetivo principal do trabalho.

Nem sempre é possível solucionar o problema daquela pessoa, mas o que nós percebemos é que ela quer ser ouvida, e é muito importante ter esse ouvido aberto e essa sensibilidade de escutar, mesmo que a gente não tenha condições de resolver. Isso não é ensinado para nós, principalmente para os profissionais do direito. Poucas promotorias, hoje, têm equipes técnicas que efetivamente tenham condições de fazer essa escuta diferenciada. Mas é alguma coisa que você vai aprendendo com a prática, e eu acho que tem muito a ver com empatia. **Cabe a nós, profissionais que trabalham e atendem as pessoas, nos colocarmos no lugar do outro, daquela família que está sofrendo, para que a gente possa ter essa disponibilidade da escuta de uma forma que seja minimamente protetiva.** *Paola Nazareth, promotora de justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes*

Danielle Arlé é uma das promotoras de justiça que se beneficia do trabalho de apoio realizado por Paola. Em seu trabalho no Ministério Público, ela leva a reflexão à outra ponta, do Sistema de Justiça, defendendo a bandeira da perspectiva da justiça restaurativa. A já conhecida trajetória de quem comete um crime e precisa sofrer a penalidade correspondente dá lugar a uma visão mais ampla das necessidades que motivam a prática de um ato e das possíveis soluções que possam repará-lo.

Toda atitude violenta é a expressão trágica de uma necessidade não atendida. Essa visão traz uma nova lente também para a atuação do promotor de justiça, quando passa a **perceber aquele adolescente que infracionou como uma pessoa que tem necessidades e que, talvez, escolheu uma estratégia errada para satisfazê-las. Ele consegue enxergar o adolescente por trás do ato, e isso nos ajuda a sair dos estigmas e a vê-lo como pessoa, e não como o infrator.** Este é um termo jurídico do qual eu não gosto, porque ele é o autor do ato, isso não quer dizer que ele seja uma pessoa que infracione sempre ou em conflito com a lei. *Danielle Arlé, promotora de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte*

Nas experiências já realizadas no CIA-BH, Danielle percebe que é possível criar outros caminhos para a responsabilização e a conscientização dos adolescentes, indo além do que já se pratica no sistema de justiça punitivo-retributivo e oferecendo uma escuta aberta à criatividade e à sensibilidade.

Transformando os ciclos do sistema

Quem conversa com André* hoje dificilmente o reconheceria quando ingressou no Sistema Socioeducativo, em 2013. Vindo de experiências com segurança privada, foi apenas no primeiro dia de trabalho que descobriu as reais atribuições da profissão de nome longo para a qual havia sido chamado: agente de segurança socioeducativo. “No primeiro momento, a gente sentiu indignação, ‘agora eu vou entrar na cadeia para ser babá de ladrão?’. Nós não tínhamos a menor ideia de que precisaríamos ofertar situações para os adolescentes renovarem seus vínculos escolares, com a família, com os pilares da sociedade. A imagem era a que a sociedade tem, de que aquilo lá é uma cadeia”, ele conta.

Com o apoio do diretor da unidade, André* começou a estudar e se interessar por aquele novo universo. De lá para cá, muita coisa mudou. Além de cuidar dos adolescentes, realiza um trabalho contínuo de conscientização dos colegas sobre o papel de socioeducador, que complementa e expande o da segurança.

Dos que entraram junto com ele, André* conta nos dedos quantos foram capazes de mudar de perspectiva. Uma série de fatores complexos faz com que a imagem dos agentes de segurança socioeducativos seja tão polêmica dentro do Sistema. O desconhecimento das especificidades do trabalho que marca a entrada da maioria deles, a sobrecarga de trabalho, o paradigma punitivista que marca a segurança pública no Brasil e a criminalização das vivências dos adolescentes são só alguns deles.

Ainda assim, André* lembra que todos os servidores, de forma mais ou menos voluntária, fazem diferença para que o Sistema funcione.

Nós trabalhamos com um déficit e precisamos nos desdobrar para executar todos os procedimentos. Por exemplo, a escola era ofertada com 90 servidores atuantes, hoje, com 60, nós continuamos, porque a educação é um dos pilares mais fortes do trabalho. **Esse desdobramento para fazer diferença no Sistema começa com a pessoa lá embaixo que faz a limpeza, que traz um produto necessário da própria casa; passa por todas as pessoas da segurança, quando tem um pneu furado e tentamos uma doação na borracharia, porque é muito penoso pedir no Estado e os adolescentes precisam sair; com a equipe técnica, que faz parcerias com grupos de teatro e cinema para ofertar novas oportunidades para os jovens. São coisas que não estão na atribuição dos agentes públicos, mas nos desdobramos para que a política pública tenha um avanço.** André*, agente de segurança socioeducativo de uma unidade no interior de Minas Gerais

A profunda mudança de que trata André* é uma das mais desafiadoras para a causa da letalidade juvenil. Isso porque muitos agentes configuram a parcela do Sistema que mais se aproxima da realidade dos próprios adolescentes atendidos, avalia Emanuelle Lopes, técnica do Centro de Intervenção Provisória (CEIP) Dom Bosco, durante as formações que oferecia para esses profissionais.

Quando a gente vê a humanidade, a gente enxerga a fragilidade também. Em muitos momentos, falta formação, não adianta fazer uma formação inicial e, no decorrer do trabalho, a pessoa ver que aquele ideal não existe, que são muitos desafios, e o trabalho do agente está diariamente submetido a um alto nível de estresse. Quando ele está dentro do núcleo, sob a iminência de acontecer um evento a qualquer momento, não adianta a gente pensar em uma ação que vai resolver o problema. A gente precisa incluir a equipe de segurança desde o início, no momento que você chama um parceiro para uma atividade cultural. Quando a gente inclui aquela pessoa, faz ela se sentir parte do processo, porque o processo já está em andamento, a gente faz com o trem já andando, a pessoa chega pensando "eu também tive uma história de vida difícil e não fui para esse caminho, porque esse menino está indo nele?". *Emanuelle Lopes, terapeuta ocupacional no Centro de Internação Provisória (CEIP) Dom Bosco*

Conhecer os protocolos para fazer bom uso deles, oferecer formação e assistência contínua a todos profissionais e provocar mudanças estruturais são movimentos que fazem diferença dentro de cotidianos tão desafiadores como os percorridos até aqui. É nesse campo do fazer diário e contínuo, das pequenas à grandes ações, que parece ser possível abrir brechas para que o novo possa emergir.

Dicas para uma linguagem inclusiva, não sexista e antirracista

Comunicar-se pode parecer um conhecimento muito natural. Você consegue transmitir e receber informações em uma conversa por telefone, por meio de planos de atendimento e planilhas ou ao ler esse texto. Mas a linguagem que usamos para isso está longe de ser neutra ou desconectada dos processos históricos e sociais que vivenciamos.

Na língua portuguesa, os gêneros gramaticais costumam ter correspondência com os gêneros com os quais nos identificamos, feminino e masculino. Só que nem todas as pessoas se sentem representadas por um ou outro: a complexidade humana extrapola a dimensão binária que ambas oferecem. O racismo também se manifesta na linguagem, muitas vezes de forma pouco refletida. É essencial reconhecer como tais relações estão internalizadas e se manifestam no nosso cotidiano para que os privilégios, assim, se tornem ferramentas de combate às desigualdades.

Entre as/os jovens, essas são questões cada vez mais pulsantes, e levá-las em consideração é uma das formas de oferecer um atendimento humanizado e respeitoso. Aí vão algumas dicas que podem te ajudar no seu cotidiano¹⁵

15. Inspiradas no livro *Pequeno manual antirracista*, de Djamila Ribeiro (2019), no *Guia TODXS NÓS de Linguagem Inclusiva* (2020), da HBO, e no “Breve guia para uma branquitude antirracista”, produzido pelo Nubrac em parceria com o PSILCAS/UFMG (2020). Para mais informações, acesse as referências ao final desta publicação.

1. Evite usar o masculino como gênero universal, pois já sabemos que ele é marcado por questões políticas e sociais. O termo **pessoa** é mais inclusivo e comporta diversas variações: por exemplo, trocar “as lésbicas, os gays e os intersexo” por “pessoas lésbicas, gays e intersexuais” ou “pessoas LGBTQIA+”;
2. Evite se referir às pessoas por **termos que carregam conotações pejorativas**, como “mulata” e “neguinho”. Expressões muito comuns como “você nem é tão negra/o assim” ou “você é uma/um negra/o linda/o”, empregadas como forma de “elogio”, são, na verdade, um mecanismo que reitera os padrões do que é ser bonita /o ou aceitável socialmente. É só pensar que “você é uma/um branca/o linda/o” dificilmente faria sentido;
3. Esses termos carregam graus de discriminação por gênero e sexualidade, de forma transversal a de raça. Dizer que “homem não chora” ou que determinadas ações são “coisa de mulherzinha” enrijecem as pessoas em papéis sociais que impedem que suas subjetividades emergam. Impedir alguém com uma trajetória de falta de oportunidades de expor seus sentimentos pode ser tão violento quanto as causas que os geraram;
4. Transforme seu ambiente de trabalho, seus círculos de amizade e familiares: quem nunca escutou (ou disse) que “eu não sou racista porque tenho uma funcionária/o, amiga/o ou mesmo parente/ familiar negra”? A **estratégia da/o “negra/o única/o”** serve, muitas vezes, para aliviar a culpa diante das desigualdades e invisibiliza

processos de exclusão estruturais. Faça-se algumas perguntas: qual a proporção de pessoas negras em relação às pessoas brancas no meu ambiente de trabalho, e que tipos de serviços elas exercem? Essa proporção se equipara aos cargos mais altos? Ter uma avó, mãe ou namorada/o negra/o não faz com que a sua cor da pele mude. Mas, com diálogo e respeito, pode te possibilitar se aproximar e compreender a experiência de cada uma delas, tornando-se parceira/o em suas lutas;

5. **Leia, escute e procure por pessoas negras e LGBTQIA+** nas redes sociais, na literatura, no jornalismo, na universidade. Perceber as realidades que ultrapassam as nossas exige trabalho e dedicação;
6. **Antes de afirmar, pergunte: como você gostaria de ser identificada/o? De forma simples, é possível evitar embaraços e constrangimentos.**

JOGO DO PRIVILÉGIO¹⁶

O Jogo do Privilégio é uma dinâmica muito interessante para compreender os desafios enfrentados pelas juventudes ao longo de sua trajetória, sobretudo por aquelas em situação de vulnerabilidade social e em conflito com a lei. Ele pode ser realizado tanto entre grupos de trabalhadoras/os, adolescentes e jovens ou mesmo em grupos mistos. É necessário uma/um facilitadora/o e, no mínimo, duas/dois participantes.

ESTRUTURA NECESSÁRIA

- Um espaço amplo para posicionar as/os participantes de pé, lado a lado. Se for possível, a atividade pode ser realizada em uma escada ou ladeira para que o resultado fique ainda mais graficamente concreto;
- Lista de perguntas sobre privilégios, que pode ser adaptada de acordo com o público participante.

DESENVOLVIMENTO

1. As/Os participantes começam o jogo de pé, posicionadas/os lado a lado, em linha reta. Cada uma/um deve dar um passo para frente ou para trás, de acordo com as perguntas referentes a vantagens ou desvantagens sociais e com orientações dadas pela facilitadora/o da dinâmica;

16. Adaptado do Guia de orientações para ações multiplicadores do primeiro desafio da campanha #FalaDireito — Desarme seu olhar, do projeto Desembola na Ideia.

2. Ao final das perguntas, as/os participantes são convidadas/os a observar as diferentes posições em que se encontram e refletir sobre as desigualdades étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas e territoriais da sociedade;
3. O Jogo do Privilégio ilustra de forma simples a necessidade de uma luta ampla por igualdade, em todas as esferas da sociedade, na medida em que evidencia que no percurso da vida as pessoas têm pontos de partida diferentes de acordo com seus privilégios.

QUESTIONÁRIO

1. Se você já se sentiu envergonhada/o por causa das suas roupas ou casa, dê um passo para trás.
2. Se você pode/pôde escolher em que escola estudou/estuda, dê um passo para frente.
3. Se você pode comprar uma roupa nova ou sair para jantar quando quiser, dê um passo para frente.
4. Se você nunca foi parada/o ou revistada/o pela polícia, dê um passo para frente.
5. Se você já tentou mudar sua fala ou jeito para ganhar aceitação, dê um passo para trás.
6. Se você não pensaria duas vezes antes de ligar para a polícia quando se sente ameaçada/o ou em risco, dê um passo para frente.
7. Se você já sofreu **bullying** ou foi ridicularizada/o por causa de sua raça, sexualidade e/ou condição econômica, dê um passo para trás.
8. Se você pode cometer erros e não ter seu comportamento atribuído a falhas da sua raça ou sexualidade, dê um passo para frente.
9. Se você sente que, na mídia, existem poucas ou nenhuma representação adequada do seu grupo racial ou sexual, dê um passo para trás.
10. Se você pode ser atendida/o por um médico sempre que julgar necessário, dê um passo para frente.
11. Se você não domina alguma língua estrangeira, dê um passo para trás.
12. Se você tem certeza que seus pais ou outro parente próximo seriam capazes de auxiliá-la/o financeiramente

- se você estivesse passando por dificuldades financeiras, dê um passo para frente.
13. Se você tinha acesso adequado a comidas saudáveis na sua infância e adolescência, dê um passo para frente.
 14. Se você se sente nervosa/o quando vai passar pela segurança de um aeroporto ou por algum tipo de revista policial, dê um passo para trás.
 15. Se você já teve um trabalho oferecido a você por causa de uma amizade ou membro da família, dê um passo para frente.
 16. Se você é ou já foi dona/o de um carro ou tem um veículo disponível para seu uso, dê um passo para frente.
 17. Se você alguma vez já foi a única pessoa com sua cor de pele em uma sala de aula ou ambiente de trabalho, dê um passo para trás.
 18. Se você tem ou teve acesso ao ensino superior sem políticas afirmativas, dê um passo para frente.

PARA REFLEXÃO DO GRUPO

Quantos passos você daria à frente? Como se sente vendo pessoas que se esforçam muito menos à sua frente? E como você se sente vendo que existem pessoas que ficaram atrás de você?





Ir além da simples ideia de oferta é uma das principais questões quando o assunto é humanizar os serviços e as/os profissionais que neles atuam. O juiz auxiliar da Vara Infância e Juventude de Belo Horizonte, Afrânio Nardy, e o poeta e militante do Fórum das Juventudes da Grande BH Leandro Zerê batem um papo a partir da perspectiva de quem atende e quem é atendido.

Ouçá o terceiro episódio da série de podcasts **FAZ DIFERENÇA** e saiba mais sobre esse assunto.

Ouçá aqui:





DIALOGAR

com a/o adolescente e jovem

Pode o jovem falar? E quando ele verbaliza as suas questões e demandas, há ouvidos suficientemente abertos para escutá-las?

Dialogar envolve o reconhecimento mútuo na condição de sujeitos humanos dotados de capacidades de fala e escuta. O encontro com o outro nem sempre acontece de forma pacífica, já que cada um traz suas histórias e experiências singulares. Construir pontes entre universos a princípio distantes ou contraditórios é parte desse jogo, e requer paciência, autoconhecimento e respeito.

“Como eu me coloco diante desses jovens?” é uma postura de trabalho contínua de todo educador. É o que Juarez Dayrell, coordenador do Observatório das Juventudes da UFMG¹⁷, nomeia como “autorreflexividade”, um olhar atento para si mesmo e os impactos que se pode gerar naquele adolescente com o qual se busca estabelecer um diálogo: o que os nossos corpos, a cor da nossa pele e os gêneros que performamos podem acionar de memórias e vivências no outro? E como a nossa linguagem o afeta?

17. O Observatório da Juventude da UFMG é um programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação (FaE).

“Eu não respeito nem polícia, eu respeito quem me trata bem”

Foi com o tempo que Josânio entendeu a força da brincadeira que ouvia repetidamente de tantos adolescentes. Em um sistema cercado de precariedades estruturantes, de ordens física e simbólica, tratar bem significava muito pouco: respeitar, dar um bom dia, trocar uma ideia, substituir a contenção pela conversa. Das experiências em trabalhos sociais, Ju, como é chamado pela maioria deles, trouxe a que se tornaria a sua principal ferramenta de trabalho: o diálogo.

Quando fica complicado, eles dizem “o Ju resolve”. Por que o Ju resolve? Porque são meninos que eu vejo que têm necessidade maior de intervenção e eu tenho essa paciência, chamo “vem cá, vamos conversar, me fala aí o que está te incomodando, vamos tentar ver a realidade, onde você está”. **Existem alguns agentes socioeducativos como eu que conversam, mas muitos não têm essa paciência, dizem que não têm tempo, mas o nosso trabalho é esse, é dialogar com os adolescentes, é colocar na cabeça deles uma nova ideia, uma ideia diferente.** E muitos meninos falam conosco que “ser agente é bom, vocês ganham muito bem e trabalham pouco, não pegam peso”, com aquela ideia de que trabalhador é braçal, e não de diálogo, como nós. *Josânio Alves, agente de segurança socioeducativo do Centro de Internação São Benedito*

Na supervisão de segurança de uma unidade no interior do Estado, André* se encarregava de colocar essa ideia nem tão nova, mas constantemente esquecida, entre a sua equipe. E também nas formações ofertadas para os agentes recém-chegados, cuja percepção da profissão que os levou até ali era muito diferente, quando não oposta, daquilo que exige o trabalho.

Se um adolescente muito alterado for referenciado comigo, vai me respeitar, porque em algum momento eu o respeitei, participei de alguma atividade externa com ele, aí eu consigo intervir com diálogo (o que a gente chama de intervenção socioeducativa), para que não tenha que chegar ao ponto da contenção. Aqueles agentes que têm um histórico de excessos, de desrespeito, não conseguem esse trabalho. **O adolescente se referencia pelo respeito com que você o trata, pelas condições que você entrega para ele de cumprir a medida.** O uso da força para nós, da segurança, é tão prejudicial quanto para o adolescente. No momento em que você entra para fazer uma contenção, nós não temos certeza do que vai acontecer nem com ele, nem com a gente, não há material de proteção. Então, se for possível evitar, é uma coisa boa para todo mundo, as intervenções futuras serão mais fáceis. No contexto geral do trabalho, é o melhor caminho. *André*, agente de segurança socioeducativa de uma unidade no interior de Minas Gerais*

Dentro das unidades de internação, Cristiane Zeferino lembra que a palavra pode circular e gerar movimento de diferentes formas. A escuta de um a um é a premissa da sua atuação como psicóloga, sem deixar de lado a busca por espaços de trocas coletivas, onde as diversas esferas da instituição possam debater ideias e solucionar conflitos conjuntamente. Assim como André*, lembra que não é preciso inventar tanto a roda: os protocolos e as metodologias, por mais que nem sempre deem conta dos desafios cotidianos, oferecem caminhos para que o trabalho ultrapasse os meios meramente punitivistas.

As formas de participação social são importantíssimas na adolescência, **os meninos têm algo a dizer se a gente dá oportunidade e cria propostas em um formato que seja atrativo para eles.** No socioeducativo, uma outra forma de participação social que está prevista nos protocolos são as assembleias, espaços para que os adolescentes e os profissionais, a comunidade socioeducativa, possa dialogar sobre a convivência, as questões que podem avançar, que os meninos possam levar suas demandas e, a partir dali, a equipe avaliar o que é e o que não é possível, e, para além disso, um espaço de mediar essas tensões da convivência cotidiana. Hoje, apesar de estar previsto na metodologia, eles não ocorrem mais com tanta frequência, então **meu esforço desde que voltei para o sistema tem sido o de buscar a metodologia e apresentar ferramentas que já estão postas ali e que a gente pode usar como estratégias de atendimento ao adolescente.** *Cristiane Zeferino, psicóloga no Centro Socioeducativo Lindeia*

Alessandra coloca rigorosamente em prática todas as ferramentas que a sua função na promotoria prevê, reforçando a potência que cada uma delas oferece ao trabalho. Mas acredita que, sozinhas, elas dificilmente dão conta de alcançar a sensibilidade que o público com o qual trabalha necessita.

É importante ser muito transparente com o jovem. Nós tivemos um caso que estava sendo acompanhado pela promotoria e um ponto da rede falhou, no sentido de ligar para a família, sendo que ele não queria. Nessas situações, é melhor dizer para ele "olha, eu preciso ligar para a sua família, porque esse dado aqui só vou conseguir com ela, você não vai conseguir me dar, está bem?", **a questão da confiança é muito importante para eles. Se eles te contam alguma coisa, temos que nos lembrar que precisa pedir permissão, deixar claro tudo o que está acontecendo.** "Vou ligar aqui agora para a sua mãe, você vai ver eu conversando com ela, vou perguntar isso, isso e isso", então você liga na frente dele, você fala o que você falou que ia falar, essa é a questão da confiança. *Alessandra Vasconcelos, assistente Social analista da Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente/Infração*

As formas de contato que extrapolam o que está previsto são uma constante no trabalho de quem se propõe a fazer diferença e abrem portas para que o diálogo aconteça, mesmo entre tantas contingências. É com elas que Bárbara Afonso busca driblar a inconstância no atendimento dos adolescentes, tanto nos programas de prevenção nos quais atuou, quanto no Desembola na Ideia. Ligar, mandar uma

mensagem pelas redes sociais ou um recado por um vizinho são estratégias que demonstram que a vida dele importa.

Atendi a um adolescente desses que trazem a única possibilidade de “matar ou morrer”, e teve uma intervenção que foi uma das mais importantes que eu consegui construir com ele, porque, com isso do território, os atendimentos são muito fluidos; às vezes o menino some e você não tem mais notícia. Quando eu perguntei “mas você não tem nada mais para me falar sobre a sua vida? Só fala sobre morrer, estar no tráfico”, me lembro que ele ficou muito surpreso. **Esses efeitos que nós podemos produzir, são as coisas mais potentes, é quando a pessoa sai da lógica da repetição ou de uma alienação daquilo que ela está vivendo, como um beco sem saída,** e isso a gente só faz se escuta o mais singular de cada adolescente. Tem coisas que demandam tempo para aparecer, por isso que é bom pensar o que é a que a gente pode fazer de diferença em cada encontro, porque você nunca sabe se vai ver esse menino de novo, se ele vai estar vivo. *Barbara Afonso, psicanalista do Desembola na Ideia*

Como eu vou fazer um vínculo com esse adolescente, sendo que ele está aqui via judicial? Como marcar a diferença entre psicólogo e justiça, mesmo estando num espaço de Segurança Pública, como marcar a particularidade da psicologia dentro do Socioeducativo? É uma via de muitas trocas. Acho que o espaço de conversa é que pode fazer a diferença, quando a

equipe consegue fazer do conflito algo positivo, e é um desafio constante. São muitas pessoas para atender a um mesmo caso, no socioeducativo cada um cuida de um eixo, de uma forma meio fragmentada, mas o Sistema existe assim. E nós temos que ficar muito atentos com o afeto nas relações, o que aquele adolescente chega e provoca, seja de positivo ou negativo. Porque, quando a gente se afeta demais, há um prejuízo para o caso, para a escuta. *Giovanni Silva, técnico da Casa de Semiliberdade São João Batista*

Com experiências anteriores em serviços nos quais adolescentes e jovens tinham autonomia para participar ou não, como o Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade de Minas Gerais/ Se Liga¹⁸, não é sem embaraço que Giovanni encara sua atuação na Semiliberdade. Ainda que as histórias tragam pontos de repetição, a chegada de cada adolescente provoca afetos muitas vezes inaugurais, seja no profissional ou em toda a equipe. Ele se lembra de diversos colegas que, ao se perceberem muito envolvidos com um caso, precisaram recuar ou acabariam extremamente adoecidos. Ter espaços de diálogo onde os conflitos possam ser pautados, em todas as etapas desse fazer, qualifica as construções. Um desses espaços encontrados pelo psicólogo é a militância. Na Comissão Psicologia e Juventudes do Conselho

18. Se Liga é um programa de acompanhamento aos egressos das medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação de Minas Gerais e se constitui como um dispositivo de acesso à cidade e à rede de proteção social, estabelecendo-se como um instrumento de construção no reencontro com a liberdade.

Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP), ele participa desenvolvendo ações de publicização do socioeducativo e escuta de outras juventudes, além de marcar presença em eventos de discussão e qualificação. Essa é uma frente comum para vários profissionais, cujo trabalho expande o diálogo para além do que já se conhece e lida no dia a dia. Bárbara Afonso também defende essa bandeira, mas lembra que é preciso tê-la constantemente como um lugar de crítica.

A militância é muito forte para essa causa, mas eu acho que, se em um atendimento, para escutar aquele adolescente, isso está acima de qualquer outra coisa, você pode ignorar o tempo de elaboração dele ou achar que já sabe como ele se sente porque você já passou por isso, e a forma como o outro se apropria daquilo não é escutado. **É um desafio, porque é parte do trabalho a gente se misturar em algum ponto de afetação, mas é importante que haja um limiar de separação para que o adolescente seja escutado na singularidade da história dele.** *Bárbara Afonso, psicóloga do Desembola na Ideia*

A potência do diálogo se encontra, assim, na fronteira entre aquilo que se carrega como aprendizado e o que se pode descobrir nas partilhas com o outro. É sempre possível “zerar um pouco” o que é apresentado como caminho, solução e oferta, lembra Giovanni. Principalmente quando a escolha do vínculo, por mais que sempre envolva algum grau de autonomia dos atendidos, não começa por uma escolha propriamente livre. Esse é um dos pontos que faz Henrique investir nas negociações.

Se você tem **um discurso ou um pensamento pronto para lidar com o adolescente e quer que ele entre nessa construção, tirando-o do processo, você simplesmente não consegue desenvolver o trabalho.**

Primeiro, porque ele não vai acreditar em você e vai ser rasa aquela construção. Todo dia a gente acaba tendo que aprender com o adolescente, e o ponto principal é o discurso dele, a percepção dele. Agora ele pode te falar que entende que quer fazer determinada coisa, aí, acaba o atendimento, ele desce e conversa com os outros e começa a perceber novas possibilidades, que seja de tentar burlar a medida.

O tempo todo você tem que reconstruir com eles essa prática. *Henrique Diniz, técnico da Casa de Semiliberdade Letícia*

“Lá vem com o caminhão carregado”. Quando o socioeducador manda o recado, Henrique já sabe que vai precisar lidar com alguma nova estratégia que viabilize uma saída. Buscar um documento ou o tênis esquecido no fim de semana em casa, fazer o trabalho escolar, tudo se torna motivo para alcançar o mundo externo. Por vezes consideradas negativas, Henrique percebe que são nas constantes tentativas de burlar o sistema que os adolescentes encontram formas de nele permanecer. “O tempo inteiro a gente faz diferença de forma diferente — dos dois lados”, ele provoca.

Chega perto para me ver, para me ouvir

Esse foi um dos chamados que o Desembola na Ideia trouxe na inauguração da sua campanha de comunicação e cidadania, #FalaDireito. Com o mote #DesarmeSeuOlhar¹⁹, trabalhou o racismo, a discriminação por serem pobres, pelos lugares onde moram e circulam e a rejeição social porque estiveram ou estão em conflito com a lei que marcam a trajetória de adolescentes e jovens. Sem contar as ações e políticas de segurança pública, de um lado, e a grande mídia, de outro, que projetam na sociedade conteúdos e discursos distorcidos, contribuindo para a construção da imagem de um “inimigo público” e “ameaças à sociedade”.

Diante disso, a equipe do projeto, juntamente com os jovens atendidos, criou um conteúdo que convida as pessoas a se despirem de imagens, ideias e julgamentos pré-concebidos e a construir novos olhares mais justos e que atribuam valor à vida desses sujeitos.

A campanha foi idealizada com o objetivo de fortalecer essa causa em diálogo com a cidade, os serviços públicos e as pessoas comprometidas com a defesa integral dos direitos de adolescentes e jovens. Além de um guia, que traz algumas orientações sobre ações multiplicadoras que podem ser desenvolvidas de maneira prática e simples em comunidades, escolas ou no trabalho com os jovens, o kit da campanha apresenta cartões postais, cartazes, bottons, boletim impresso e vídeos.

19. Acesse a campanha na plataforma do Desembola na Ideia: <http://desembolanaideia.aic.org.br/fala-direito/>

Um parça na minha quebrada

Assim como os outros programas e serviços mencionados, o Programa Fica Vivo! utiliza o diálogo como sua principal ferramenta de aproximação e atendimento às juventudes. O que norteia o trabalho é o encontro com o jovem nos lugares onde ele permite entrar, seja na sua quebrada, na biqueira, nos becos, nos locais de oficina, em seus projetos, sonhos, medos, desejos e negociações.

A equipe técnica da Vila Pinho, no Barreiro, relembra a trajetória de um jovem atendido pelo Programa, de 2017 a 2020, com demandas que permeavam o compartilhamento da própria trajetória de vida e de familiares rodeadas por condutas de riscos em decorrência do envolvimento com a criminalidade, as diversas tentativas de sair do tráfico de drogas e a negação paradoxal de deixar condutas e amizades conquistadas nesse meio, a passagem pelo sistema prisional e o casamento no mesmo período, a liberdade condicional e a notícia que se tornaria pai. A equipe acolheu a fala do jovem numa postura isenta de juízos e aberta a compreender o que, de fato, era caro à sua trajetória, sem deixar de apontar os comportamentos que poderiam levá-lo à morte.

Todo o atendimento foi construído a partir do diálogo, que o chamava a refletir e se responsabilizar pelas suas escolhas. A cada encontro algo era desenhado sobre a viabilidade e a concretização da saída do tráfico de drogas que, por vezes, perdia-se entre o desejo e a ação. Muitos foram os momentos de planejamento de todo este processo de saída, refletindo que os encontros com a criminalidade o

capacitaram a vivenciar situações, tomar decisões e lidar com as consequências, sobretudo diante da vinda do bebê, que representou um novo período na vida desse jovem.

INDO ALÉM DO QUE ESTÁ POSTO

um bate-papo entre a equipe do Programa Fica Vivo! da Vila Pinho, no Barreiro

- » Alessandro Silva é cientista social, com trajetória de atuação em políticas públicas para populações em situação de rua e jovens envolvidos com a criminalidade. Desde 2012, é voluntário na ONG Kolping²⁰, que oferece qualificação profissional para jovens. É analista social do Programa Fica Vivo!, unidade Vila Pinho, desde 2016.
- » Anne Cristina Eliane Eliane de Souza da Silva é assistente social e pedagoga. Já passou por diversas instituições que atuam na atenção básica e com educação. Atualmente é analista social do Programa Fica Vivo!, unidade Vila Pinho e supervisora de estágio na Faculdade Pitágoras.
- » Gabriel Lyra de Melo Franco é estudante de ciências sociais da UFMG e atua como estagiário no Programa Fica Vivo! desde 2019.

20. A Kolping é um movimento Social Católica com a missão de Transformar as realidades sociais no exercício da cidadania através do desenvolvimento, profissional, ambiental, cultural, religioso e comunitário.

Anne

A composição do território é muito importante para o tipo de atuação do Programa Fica Vivo!. A Vila Pinho não tem essa estrutura de becos, morros, como é na maioria das vilas e favelas de Belo Horizonte. Tem uma lógica de ocupação organizada, politizada, com a presença de movimentos sociais muito fortes. Não há muitas guerras entre gangues no próprio território, o que possibilita uma circulação mais livre dos meninos e das meninas, embora não seja uma prática. Porque há uma dificuldade de locomoção, já que o Barreiro é muito distante do Centro e das demais regiões da cidade. **Mas é uma juventude muito aberta ao diálogo, que tem facilidade de dizer dos seus envolvimento, das suas questões pessoais e que se vincula aos atendimentos individuais.**

Alessandro

Eu concordo com o que a Anne falou da geografia e do espaço. Essa questão de ter muitos becos facilita também a criação dos grupos rivais. No Morro das Pedras, onde trabalhei anteriormente, o que diferenciava um grupo do outro era um beco que tapava a visão. E o nosso trabalho era tentar chegar, a partir dos jovens, em como é que se deu essa rivalidade. Muitos pegavam uma narrativa que aconteceu muito antes de eles nascerem, que foi se perdendo de conteúdo, mas que mantém os conflitos ativos. **A gente tentava, então, colocar o jovem dentro desse conflito, para que eles não ficassem só reproduzindo algo que já aconteceu. Uma das práticas como analista social em territórios onde jovens circulam pouco é tentar fazer essa ponte, conversar com o grupo de cá, depois com o de lá, para tentar romper com essa narrativa violenta e tentar vincular os dois.**

Gabriel

Os projetos que a gente realiza, de circulação e diálogo, são importantes para que os jovens se reconheçam.

Ao mesmo tempo que se vinculam a nós, vinculam-se uns aos outros também, fortalecendo essas relações.

Alessandro

A gente tem esse formato de atendimento individual, que se destaca muito na Vila Pinho, porque os jovens podem circular tranquilamente para ir até o equipamento conversar. Mas não funciona sempre da mesma forma, e isso pode ter a ver com a questão geográfica. No Morro das Pedras, a gente não recebia muito os jovens no Centro de Prevenção, porque eles não tinham essa liberdade. A maioria se vinculava aos oficineiros, que faziam essa ponte. **E são esses oficineiros que abrem o território para a gente, nós somos como uma espécie de estrangeiros ali.** Durante as oficinas, a gente tem os primeiros contatos, não diretamente com os assuntos que o Fica Vivo! lida, como a criminalidade, mas para conhecer aquela galera, ver o futebol, o grafite, e depois, durante circulações aleatórias, encontrar com o jovem em outros locais, no ofício dele.

Anne

Na Vila Pinho, o jovem vem para ser atendido e tem a certeza que vai ser prioridade. Mesmo que não seja completo, eu vou, no mínimo, parar e ir na recepção acolhê-lo. Eu não tenho a minha agenda certinha, mas isso me dá, também, uma facilidade para entender e qualificar a dinâmica, já que eu tenho total liberdade de ir atrás de determinado grupo e ter um papo reto. É essa dualidade. E mesmo que o jovem venha direto a mim e não faça nenhuma oficina, quando eu vou conversar com ele, é o oficineiro que me dá o tom, de até onde que eu vou, porque eu estou vinculada ao menino,

mas não ao território. Outra coisa que o Alessandro falou é de estar com o jovem em espaços não oficiais. A escola é bem delimitada para o menino, por exemplo, durante o tempo em que ele está ali como aluno. No Fica Vivo! não é tão assim. Ele reconhece quando está no Centro de Prevenção, numa oficina, mas também nos reconhece como Fica Vivo! fora desse espaço, na comunidade.

Alessandro

Isso que a Anne fala, às vezes a gente encontra o jovem fora do Centro de Prevenção, no meio do corre dele, e ele se sente incomodado. É neste momento que a gente tem a oportunidade de explicar o nosso trabalho e reforçar os objetivos do Programa. **São nesses lugares “não oficiais” que a gente tem a oportunidade de falar da nossa prática, que aceita a escolha desse jovem e não está ali para julgar, mas falar dos riscos.** Nosso papel é trazer uma reflexão sobre a prática desse jovem, para ele refletir. **Assim, a gente consegue ter esse papo mais reto, de não julgamento e, sim, responsabilização.**

Gabriel

Osicineiros, por exemplo, não estão ali só para o ofício em si, quer dizer, **nem sempre a oficina de futebol vai ser para jogar futebol, mas um espaço de diálogo, para conversar sobre alguma pauta que foi colocada.** Geralmente, quem mais traz os conhecimentos são os próprios jovens, do que está acontecendo no território.

Anne

O Fica Vivo! é um programa muito livre para mim, que **se propõe a ser flexível para dar conta de atender essa juventude.** Acho que, nos últimos anos, avançou demais. Dos espaços por onde eu já passei, vejo que o Programa tem

pouco protocolo, a gente tem bastante liberdade. Quer dizer, **em cima dos protocolos, a gente coloca a nossa criatividade.** É um convite para todos, os profissionais, a rede, os jovens: vamos olhar para além dessa situação? O que está para além de você usar drogas, desse conflito na sua casa, do jovem ali, na biqueira vendendo? A nossa relação com o Gepar (Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco)²¹, por exemplo, é muito delicada. Eu costumo dizer para o policial “olha, aquele rapaz que o senhor apreendeu, sabe que ele vai ser pai? A namorada dele está grávida, ele tem procurado a gente para conseguir um trabalho, uma qualificação, e ele não tem conseguido”. E isso sensibiliza o policial, que tem chances de ver ali uma pessoa, e não um “bandido”.

Gabriel

Quando alguém comete um crime, aquela pessoa não é o crime, o crime é um evento para aquela pessoa. E, **quando a gente vai pelo afeto, a gente se abre.** Com o público que a gente atende, **para prevenir a criminalidade, é parar de ver o jovem apenas como “criminoso”.**

21. O Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) trabalha o contexto social das áreas urbanas de risco.





Dialogar com as juventudes é a principal preocupação da trajetória de pesquisa e intervenção social do professor aposentado da Faculdade de Educação da UFMG e fundador do Observatório das Juventudes da instituição, Juarez Dayrell. É também um dos horizontes da atuação de Fernanda Brito, procuradora do Ministério Público do Trabalho diante do complexo desafio contra a exploração do trabalho infantil.

Seja na universidade ou nas políticas públicas, ambos desenvolvem ações que fazem do diálogo uma potente ferramenta de transformação social. Se interessou? Escute essa prosa e venha dialogar com a gente também no quarto episódio do podcast **FAZ DIFERENÇA**.

Ouçá aqui:





SOMAR

às famílias e redes, atuando com elas na perspectiva da corresponsabilidade de todas/os

“Um mais um é sempre mais que dois”. O lema eternizado na canção de Beto Guedes inspira o trabalho daqueles que se comprometem cotidianamente com a vida de adolescentes e jovens. Rostos e nomes próprios de quem atende e é atendido são, sem dúvida, essenciais para a humanização dos serviços e a ponte que possibilita o diálogo. Mas é também se entendendo como uma “engrenagem que precisa funcionar com as outras”, como lembra a procuradora do trabalho Luciana Coutinho, que cada um faz diferença de formas diferentes e coletivamente.

Nessa soma, a ordem e a qualidade dos fatores altera, e muito, o produto. Atuar na perspectiva da corresponsabilidade possibilita o compartilhar de experiências, angústias e invenções, abrindo à construção de alternativas que promovem a vida de adolescentes e jovens. Esse movimento requer uma postura atenta e engajada não só do poder público, mas de toda a sociedade civil, organizada em movimentos sociais e estudantis, em coletivos de arte, esporte e religião, nas redes tecidas no território, em seus bairros e suas quebradas.

As potências dos encontros que tanto permeiam as falas e as proposições ao longo desta publicação geram uma soma capaz de multiplicar-se e gerar novos e surpreendentes frutos.

Autorreflexividade e construção coletiva

A construção dos casos em rede é um norteador que perpassa a prática de muitos serviços e profissionais que atendem adolescentes e jovens, seja aqueles que atuam na ponta ou os que se encontram no Sistema de Justiça. Essa construção aponta para uma intervenção compartilhada, que faça frente à fragmentação das histórias e das trajetórias nos registros e nos protocolos instituídos. Os encontros com os outros profissionais e atores da rede potencializa a leitura das situações, e pode ampliar estratégias de intervenção e ofertas de acesso a políticas públicas e serviços da rede.

Por outro lado, embora orientadores do trabalho, os fluxos de encaminhamento, não raro, prescindem da participação do adolescente, especialmente do que ele nomeia como referência, dos vínculos que construiu, de suas experiências, dos encontros e desencontros com a rede. Na escuta, a dimensão do território e do mapa de laços e referências de proteção construídas pelos próprios jovens é fundamental para a construção de saídas e de estratégias para lidar com o risco e para promover a vida.

O desafio que se impõe, para além do encaminhar, é implicar-se no movimento que adolescentes e jovens fazem entre essas ofertas de serviços, criando uma verdadeira rede de corresponsabilidade e autorreflexividade. É disso que trata a psicóloga Selmara Mamede:

Eu vejo uma potencialidade nesse trabalho de construção do caso, porque é um trabalho de corres-

ponsabilidade. Nos casos de risco, que trazem uma complexidade maior, você ter essa possibilidade de construir um olhar de vários pontos da rede, pode abrir a possibilidades que só aquele técnico que está ali, na ponta, talvez não tivesse pensado. Potencializa a construção, às vezes você tem várias pessoas intervindo, muitos atores. **É importante identificar, nos discursos, o ponto que o jovem nomeou como referência, quem pode ser o ator que vai ter um encontro com ele e vai construir a ponte com a rede, sem ter uma sobrecarga de acesso, de oferta, porque, dependendo da forma como isso tudo chega, pode fragilizar ou mesmo inviabilizar o vínculo.** *Selmara Mamede, psicóloga, analista da Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente/Infracional*

Muitos outros profissionais refletiram sobre a necessidade de um acompanhamento contínuo do próprio trabalho diante de um cotidiano por vezes solitário de ação e diálogo. Cristiane Zeferino lembra da potencialidade de metodologias e instrumentos já existentes que, a seu ver, precisam ser conhecidos e experimentados para que as brechas possam dar lugar à criatividade e ao novo que surge do encontro.

Na condição de trabalhadora, o que eu acho que a gente poderia evoluir mais é pensar na **formação dos trabalhadores, fazer melhor uso dos instrumentos metodológicos que temos, como o plano individual de desenvolvimento, os estudos de caso, mas eles**

precisam acontecer com uma qualidade melhor, contando com o suporte também de quem é de fora, da universidade. Como a questão do trabalho em grupo, das conversações, da participação social. *Cristiane Zeferino, psicóloga no Centro Socioeducativo Lindeia*

Colocar-se em uma postura autorreflexiva é uma tarefa que Giovanni tem encarado na sua rotina. Comprometido com a militância, o psicólogo traz a importância de outros espaços de inserção e discussão para que os trabalhadores consigam ir além do que está posto e se aproximarem de perspectivas constantemente ofertadas para os jovens.

O trabalho em comunidade favorece muito, seja da política, da garantia de direitos ou do usuário. Comecei a refletir, **nós sempre dizemos para o jovem “você precisa se envolver nisso, naquilo, ser mais atuante na sua escola, no grêmio, vocês têm que se juntar para esse programa não fechar”, sempre tentando envolvê-lo em algo que seja para além da sua participação em um determinado espaço, mas como dizer isso sem nós mesmos estarmos envolvidos em espaço assim, para além do nosso trabalho?** Quantas pessoas conseguem estar envolvidas em associações de bairro, no sindicato, na universidade, movimentos que façam barulho para além do individual? É preciso que a gente se faça essas perguntas. *Giovanni Silva, técnico da Casa de Semiliberdade São João Batista*

Essa deve ser uma prática que extrapola as atuações individuais: é um comprometer-se verdadeiramente como redes,

instituições e políticas para a preservação de uma vida digna para todas as juventudes.

Vocalizando demandas, construindo alternativas

Experiências de articulação entre vários atores para construção de uma agenda de promoção de direitos têm possibilitado a abertura de espaços de diálogos ampliados e construção de ações em favor da vida de adolescentes e jovens na cidade. Quando o assunto é somar esforços e compartilhar responsabilidades, Cássia de Melo traz uma visão ampla e complexa da contribuição que cada público pode oferecer. Integrante ativa da Frente Estadual de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, atualmente à frente da coordenação do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, sua prática consiste em reunir e trazer para o debate instituições e atores governamentais e não governamentais, no intuito de promover e defender os direitos de crianças, jovens e adolescentes. Não por acaso, a campanha **FAZ DIFERENÇA** nasceu dentro desse espaço, do encontro entre servidores públicos, organizações da sociedade civil e ativistas.

Acredito que as políticas públicas e os movimentos sociais e culturais têm muito a contribuir com essa pauta. **Os movimentos e as redes têm capacidade de incluir os interessados e de vocalizar as suas demandas e as suas necessidades.** Podem, também, compartilhar informações corretas, mobilizar ações e energias para as lutas sociais, construir estraté-

gias para a incidência política, melhorar as formas de controle social das ações públicas pela sociedade, e também fortalecer a democracia. **Movimentos sociais podem, ainda, contribuir para construir e potencializar convergências, pautas comuns em defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, evitar e barrar retrocessos.** No que se refere a políticas públicas, sabemos que elas não se fazem sozinhas, são resultados de ideias, processos e decisões tomadas por diferentes atores envolvidos. Depois, há o caminho da sua implementação, monitoramento e sua avaliação. **Eu chamo atenção para o necessário fortalecimento dos conselhos das políticas públicas, especialmente os de crianças e adolescentes e de juventudes, e o esforço que eles podem fazer para atuar junto com outros conselhos, como os de saúde, educação, assistência social, cultura e segurança pública. Há também o importante papel dos gestores e dos trabalhadores das diversas políticas públicas e as suas responsabilidades, nas decisões, ações e aplicação dos recursos públicos, bem como no diálogo com os cidadãos destinatários das diversas políticas públicas.** *Cássia Vieira de Melo, coordenadora geral do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte*

A defesa dos direitos dessas populações e a visibilidade das violações sofridas cotidianamente é também o mote de trabalho do Fórum das Juventudes da Grande BH, que reúne jovens ativistas, profissionais, pesquisadores, educadores e artistas. Em parceria com a Assessoria Popular Maria

Felipa²² e diversos coletivos da cidade, a rede lançou, no primeiro semestre de 2020, a plataforma Baculejo²³.

Muitas vezes, vocês podem pensar “mas de que adianta registrar [a denúncia], para que isso vai servir?”. A gente tem um plano, que é produzir um grande dossiê para mostrar que **violências policiais não são culpa de quem sofre a violência, não é porque você estava de noite na rua, na esquina, andando rápido demais, com aquela roupa ou com aquele boné. É porque existe uma percepção de que todo jovem negro de periferia que está na rua, está fazendo algo de errado**, e a polícia já pode chegar escamando. Mão na parede, chuta a canela, obriga a desbloquear o celular, revista a mochila, joga as coisas de vocês no chão, e em momento nenhum explica porque aquilo está acontecendo. **A polícia pode te parar? Pode. A polícia pode te revistar? Pode. Mas ela precisa ter motivo para isso, e não é motivo simplesmente você ser você.** *Nana Oliveira, assessora da Maria Felipa, em vídeo nas redes sociais*

A plataforma online e colaborativa é voltada ao acolhimento de denúncias anônimas de jovens vítimas de violência policial e ao levantamento e sistematização de dados e in-

22. A Assessoria Popular Maria Felipa é uma organização de assessores populares que atuam profissionalmente na área do direito penal e que vislumbraram a necessidade de unir-se para transformar o conhecimento jurídico em ferramenta de combate na luta pela garantia dos direitos humanos.

23. Para mais informações, acesse: <https://www.baculejo.org/>

formações sobre o fenômeno, para que seja produzido um dossiê que orientará a definição de agenda de ações de litigância estratégica e *advocacy*. Essa é uma das muitas ações promovidas pela rede, no intuito de vocalizar demandas e incidir politicamente levando as questões caras às juventudes, cumprindo um papel muito importante.

Somar-se à causa da promoção da vida de adolescentes e jovens

Em sua trajetória no Ministério Público do Trabalho, Luciana Coutinho vem aprendendo que é preciso ir muito além da fiscalização para provocar mudanças. A sensibilização e a articulação em rede são, hoje, uma das principais ferramentas da sua equipe, engajada nas frentes de resgate de adolescentes e jovens do trabalho infantil (sendo o tráfico de drogas uma das principais formas), e a posterior inserção deles no mercado de trabalho de forma protegida.

Está concretizada na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que algumas vagas da aprendizagem profissional são para os egressos do Sistema Socioeducativo. O desafio é trazer para a sensibilização e a conscientização das empresas a necessidade de destiná-las para esse público mais vulnerável. Eu sempre coloco nessa ordem: **orientação, sensibilização, conscientização e cobrança, nós precisamos introjetar o papel e a responsabilidade social que essas empresas têm. Está previsto na legislação, mas o ideal é que a própria empresa faça isso, deixando a cobrança e o papel mais repressivo do Ministério**

Público do Trabalho para o final. Além da permanente fiscalização e averiguação do cumprimento dessas cotas, com o projeto Descubra nós temos tentado fazer eventos de sensibilização, audiências públicas, chamando grupos de empresas de alguns segmentos específicos para poder conversar. A nossa luta é tentar fortalecer essas iniciativas. *Luciana Coutinho, procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT)*

O Programa Descubra!²⁴, do qual Luciana é uma das idealizadoras, nasceu como uma estratégia para criar novas alternativas para esse público tão vulnerabilizado ao longo de sua trajetória e que, por vezes, na saída do Sistema, encontra ainda mais obstáculos. Formalizando e fortalecendo parcerias institucionais entre agentes e instituições públicas com empresas e entidades de formação profissional, materializa a potência e a importância dessas articulações em rede. Estar e fazer junto é um dos meios encontrados pelo promotor de justiça Márcio Rogério não só para evitar a judicialização das questões que envolvem os direitos de crianças e adolescentes. Também auxilia a construir soluções mais rápidas e que efetivamente terão potencial de fazer diferença. Integrante do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Infracional de Belo Horizonte, da qual faz parte, investe em ações de fortalecimento de articulações institucionais entre diversos atores para promover o acesso de adolescentes e jovens a seus direitos.

24. Confira mais informações sobre o programa na lista ao final da publicação.

Em quase tudo que nós fazemos, **chamamos um monte de gente para conversar e ajudar a fazer e pensar junto, porque isso traz soluções legitimadas, todos se comprometem de alguma maneira, seja quem contribuiu positivamente, seja quem participou, foi chamado e não quis contribuir.** E isso traz força, é muito melhor do que eu chegar com uma solução na cabeça e querer impô-la. E isso não é uma invenção, faz parte das diretrizes de atuação do Ministério Público e é uma diretriz que eu realmente respeito muito e procuro prestigiá-la bastante. *Márcio Rogério, promotor de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte*

O olhar sobre as ações de cada ator envolvido nos revela a potencialidade da escuta da singularidade, do afeto e do implicar-se além das molduras, enquadramentos e protocolos que constituem as políticas públicas e os espaços institucionais. Assim como nos deparamos com a necessidade de escutar os jovens e conferir histórias e subjetividades aos números, nos resta o desafio de pautar na agenda pública as diferenças que o fazer de cada um, na potente complexidade do encontro com o outro, pode produzir.

Rimando é que se aprende

“O que me fez levar o estudo a sério foi o *rap*”. Quem manda essa ideia é Mc Twu do Barreiro, também conhecido na comunidade Águas Claras como Willeander. Na região estampada em seu nome, ele faz muito mais do que se espera de um *rapper* e produtor musical. É como educador que Twu se atribui a desafiante tarefa de atuar como uma referência para outros jovens do bairro, o que vai desde promover a oficina de futebol e funk, no Programa Fica Vivo!, até ir regularmente ao posto de saúde buscar preservativos para distribuir entre a galera — já que muitos nem sequer têm cadastro na instituição.

Mas é fato que, em tudo o que faz, lá está ela, sua companheira de luta: a rima.

O jeito que levava com as letras e melodias o tornou conhecido no bairro bem novinho, quando encontrou, na esquina de casa, outro talento como o seu na voz do Mc Bar, do Cabana. “Eu pensava ‘o que é isso que esse cara tá fazendo?’. Era época de escola, eu chegava no horário que ele já tava indo embora. Até que um dia cheguei mais cedo, e todo mundo veio me chamar aqui em casa. Mandei umas rimas, ele gostou muito e viramos amigos”, conta. Na época oficinairo do Fica Vivo!, o artista entrava nas comunidades em busca de jovens como Twu, provocando-os a desenvolverem seus potenciais. E foi isso mesmo o que ele fez.

A relação com a rima e o Fica Vivo! foi se tornando cada vez mais estreita na trajetória do *rapper*. Das oficinas, passou

também a frequentar um curso profissionalizante no Senai, no qual teve o primeiro registro na carteira de trabalho pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). “Nessa época, o Fica Vivo! parou as atividades por causa de cortes no orçamento, e decidimos, então, fazer uma manifestação artística na Cidade Administrativa como forma de protesto. Um tempo logo depois a analista do Programa me convidou para atuar como oficineiro, **fiquei feliz demais em poder fazer por outros jovens o que fizeram por mim**”, conta Twu.

Daí em diante, o MC do Barreiro se engajou ainda mais na sua comunidade, auxiliando outros jovens na busca por emprego, trocando informações sobre saúde e autocuidado e fortalecendo a retomada dos estudos, além de desbravar espaços muitas vezes distantes de suas realidades, como o CRAS ou CREAS. Sua própria casa também se transformou em um importante ponto de encontro, onde ele e os amigos produziam músicas nas batidas do funk e do hip hop, diversão que Twu transformou em profissão.

É criando redes próprias e alternativas que jovens como MC Twu fazem diferença em seus territórios, para si mesmos e outros como ele.



Somar é fazer do um mais um sempre mais do que dois. Na segurança pública, seja na área de pesquisa ou da prevenção à criminalidade e letalidade de adolescentes e jovens, esse é um lema que dá o tom de um universo complexo e que exige articulações que extrapolam as redes e os fluxos já conhecidos.

Para essa prosa, convidamos Michelle Gangana, diretora de Proteção da Juventude de Minas Gerais e coordenadora da Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, e o pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro Felipe Zilli.

Acompanhe o quinto episódio da nossa série **FAZ DIFERENÇA** e venha somar você também!

Ouçã aqui:



MC Twu do Barreiro foi um dos parceiros na construção da **FAZ DIFERENÇA**: sua voz está presente nesta publicação e também no podcast, mas a inspiração que ele evoca ressoa em toda a construção da campanha. Quando participou de uma das reuniões da Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens, no primeiro semestre de 2020, gerou a curiosidade de todas/os: "two, referência ao número dois, em inglês?", ao que ele respondeu, rindo, "não, é com 'u' mesmo". Autêntico, sempre provocou inúmeras reflexões por uma linguagem, um ritmo, uma estética, uma zoeira própria. Twu nos ensinou que Ficar Vivo! não é pela via do imperativo... Fala sobre o afeto! Fala também sobre as vias de acessar os adolescentes e jovens — "ah, tem que ter lanche" —, sobre aqueles que interpelam, "não conheço ninguém que é bem sucedido que estudou", e no seu modo dinâmico de quem fazia uma verdadeira escuta no trabalho com a oficina que é Funk e Futebol, Funk e Futebol! No dia 23 de agosto de 2020, infelizmente, perdemos mais essa vida, vítima da Covid-19. Fica aqui registrada, com todo o carinho, a homenagem e o agradecimento pela possibilidade desse encontro. **Obrigada por tudo, MC Twu!**

\neq



TRANSFORMAR

o ciclo de um destino já traçado para adolescentes e jovens

Enxergar, perceber, dialogar, humanizar e somar são os verbos-convite por meio dos quais sintetizamos as descobertas, as angústias, as tentativas constantes de erro e acerto e as centelhas de mudança provocadas por cada pessoa que se compromete, diariamente, com a vida de adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. Fato é que não existe receita, guia ou protocolo que dê conta do que essa tarefa exige.

Como, então, finalizar esta publicação apresentando um horizonte minimamente diferente daquele que nos acompanhava de partida? O que podemos oferecer diante da multiplicidade das experiências que se dão em contextos tão diversos, entre singularidades inesgotáveis? Se esse é um desafio com o qual se confrontam todos os profissionais com os quais conversamos, por que também não seria o nosso?

Parece-nos importante refletir sobre alguns desafios. A es-cuta que moveu esta campanha foi também um dos principais temas das falas, do agente de segurança socioeducativo que lida diariamente com os adolescentes nas suas atividades cotidianas à plataforma que oferece um canal de denúncia para que jovens possam dizer sobre os abusos da polícia. Se trazê-la para a estrutura das políticas públicas

é um desejo, é preciso pensar como tornar isso possível sem que os fluxos e protocolos não enrijeçam a potência do diálogo.

O penúltimo eixo, “somar”, lembra da importância da tão conhecida rede de atendimento e apoio às trajetórias de vida de adolescentes e jovens numa perspectiva que seja de fato responsável e autorreflexiva. Mas ela, por si só, não resolve tudo. Estratégias e saídas populares e territoriais, construídas entre os jovens e para si mesmos, são igualmente fundamentais, principalmente diante de inúmeros retrocessos e perdas de direitos essenciais sofridos nos últimos anos.

Familiares, vizinhas/os, líderes religiosas/os, ativistas, policiais, técnicas/os, agentes de segurança socioeducativas/os, comunicadoras/es, artistas, educadoras/es, assistentes e cientistas sociais, advogadas/os, psicólogas/os, psicanalistas, promotoras/es de justiça, juízas/es, procuradoras/es da república, defensoras/es públicas/os: o trabalho é árduo, e mesmo aquelas/es que já estão há muito tempo nesse fazer sabem que **todo dia é uma forma de começar e (re) descobrir como fazer diferente.**

**UMA
CONVERSA
FRANCA**

**AGIR
COM
AFETO**

**ENTENDER,
PENSAR,
CONSTRUIR
E FAZER
JUNTO**

**APOSTAR
NAS SAÍDAS
CRIADAS POR
ADOLESCENTES
E JOVENS**

**RESPEITAR
ADOLESCENTES
E JOVENS
E SUAS
HISTÓRIAS**

**CONSIDERAR
DIFERENTES
FORMAS DE
REINserÇÃO
SOCIAL**

**BUSCAR O
DIÁLOGO
ENTRE AS
INSTITUIÇÕES**

**OLHAR
PARA
ALÉM DO
QUE ESTÁ
POSTO**

**USAR A
CRIATIVIDADE**

**FALAR
SOBRE
O RISCO
DA MORTE**

**TER A VIDA DE
ADOLESCENTES
E JOVENS
COMO
PRIORIDADE**

**CRIAR
VÍNCULOS
DE CONFIANÇA
COM
ADOLESCENTES
E JOVENS**

**NÃO
ENCARCERAR
PARA PROTEGER**

**LEVAR EM
CONTA OS
DIFERENTES
TERRITÓRIOS**

**ENXERGAR
O TRÁFICO
DE DROGAS
COMO
TRABALHO
INFANTIL**

**PENSAR
CASO A
CASO**

**INVESTIR NAS
POLÍTICAS
PÚBLICAS
DE FORMA
EFICAZ**

**QUALIFICAR A
ASSISTÊNCIA AO
PROFISSIONAL
DA REDE**

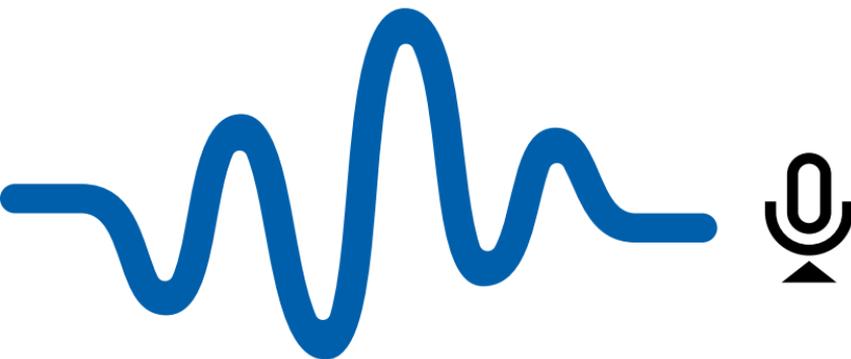
**ENXERGAR
ADOLESCENTES
E JOVENS
ANTES DO ATO
INFRACIONAL**

**NÃO
JUDICIALIZAR AS
QUESTÕES DA
INFÂNCIA E DA
ADOLESCÊNCIA**

**FAZER BOM
USO DO
PROTOCOLO
E DAS
BRECHAS**

**CONSTRUIR
NOVAS
ALTERNATIVAS**





Transformar os ciclos que continuamente reduzem as perspectivas de vida de adolescentes e jovens é, certamente, uma das tarefas mais difíceis desta proposta. Ainda assim, é por não a perder de vista que tantas/os profissionais se colocam continuamente a trabalho.

No sexto e último episódio da série do podcast **FAZ DIFERENÇA**, convidamos para essa prosa Russo APR, *rapper*, educador popular e integrante do coletivo Terra Firme, que desenvolve ações para transformar o caminho de jovens como ele, e Cássia Vieira de Melo, coordenadora geral do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte.

Ouçã aqui:



#FAÇODIFERENÇA

conheça quem integra essa rede

Afrânio José Fonseca Nardy – Juiz auxiliar da Vara Infração da Infância e Juventude de Belo Horizonte

Alayê Brito – Atleta mediano, formado em Ciências Políticas e Estudos Internacionais

Alessandra Mendes Vasconcelos de Souza – assistente social oficial da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infração de Belo Horizonte

Alessandro Silva – Cientista social e analista social do Programa Fica Vivo!

Amilton Alexandre - Assistente Social e coordenador do Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade/ Subsecretariade Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte (SMASAC/ SMAAS/ PBH)

Ana Cláudia Rosa Pimenta de Mattos – Assistente social e analista de políticas públicas da PBH, atualmente coordenadora de Prevenção à Letalidade Juvenil da Diretoria de Prevenção Social à Criminalidade (DCRI), na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

Ana Paula Canela – Defensora pública titular da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Ato Infração e con-

selheira do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)

Anne Cristina Eliane de Souza da Silva – Assistente social, pedagoga e analista Social do Programa Fica Vivo!

André* – Agente de segurança socioeducativo de uma unidade de internação no interior de Minas Gerais

Andrea Guerra – Psicanalista, professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG e coordenadora do PSILACS/UFMG - Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo

Bárbara Afonso – Mestra em Psicanálise pela FAFICH/UFMG. Psicanalista do projeto Desembola na Ideia. Pesquisadora colaboradora no PSILACS/UFMG - Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo

Benilda Brito – Pedagoga, militante do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte e coordenadora do projeto “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, do ODARA - Instituto da Mulher Negra

Bernardo Pinto Coelho Naves – Subsecretário de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais (SUASE)

Cássia Vieira de Melo – Psicóloga, mestra e doutoranda em Ciências Sociais e coordenadora geral do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte.

Chico* – Bibliotecário e arte educador do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)

Cláudia Panzini - Assistente Social Judicial do Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG)

Christiane Matozinho – Psicanalista, doutoranda e bolsista pesquisadora do PSILACS/UFMG - Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo

Cristiane Zeferino – Especialista em práticas socioeducativas pela PUC Minas e psicóloga no Centro Socioeducativo Lindeia

Cristiane Ribeiro – Colaboradora da Associação Imagem Comunitária (AIC), psicanalista do projeto Desembola da Ideia e integrante da Rede Mães de Luta MG

Danielle Arlé – Promotora de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de Belo Horizonte e coordenadora da Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte

Emanuelle Lopes Miranda – Terapeuta ocupacional no Centro de Internação Provisória (Ceip) Dom Bosco

Fabiana Carvalho – Assistente social e coordenadora geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)

Felipe Zilli – Jornalista e pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP)

Fernanda Brito Pereira – Procuradora do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais

Fídias Siqueira – Psicanalista, doutorando e pesquisador do PSILACS/UFMG - Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo

Gabriel Lopo – Integrante do Fórum das Juventudes da Grande BH e coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE/UFMG)

Gabriel Lyra de Melo Franco – Graduando em Ciências Sociais e estagiário do Programa Fica Vivo!

Giovanni Alberto da Silva – Psicólogo na Casa de Semiliberdade São João Batista e integrante da coordenação da Comissão Psicologia e Juventudes do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP)

Henrique Diniz – Psicólogo na Casa de Semiliberdade Letícia

Hugo de Sena – Analista Executivo de Defesa Social – Psicólogo na Diretoria de Orientação Socioeducativa da SUASE

Isabelle Chagas - Jornalista e analista de comunicação da Associação Imagem Comunitária (AIC)

Joanna Arllen – Artista, integrante da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes da Grande BH e dos coletivos Academia TransLiterária, GallaOnFire e Pretas T

Josânio Soares Alves – Agente de segurança socioeducativo no Centro de Internação São Benedito

Juarez Dayrell – Professor aposentado da Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG) e fundador do Observatório da Juventude da UFMG

Karina Pereira dos Santos – Psicóloga, mestranda em Psicologia Social e Analista de Políticas Públicas na Diretoria de Políticas para as Juventudes na Prefeitura de BH

Leandro Zerê – Poeta, integrante da Secretaria Executiva do Fórum das Juventudes da Grande BH e do coletivo Terra Firme

Lucas Rolla – Promotor de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de BH

Luciana Coutinho – Procuradora do Ministério Público do Trabalho e coordenadora Regional Coordinfancia (Coordenação Nacional de Combate à Exploração do trabalho da Criança e do adolescente)

Maira Cristina Soares Freitas – Psicóloga, psicanalista e coordenadora do Núcleo De Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas de Belo Horizonte (NAMSEP/PBH)

Marcela Andrade - Psicóloga Judicial do Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG)

Márcia Alves - Professora e diretora de Prevenção à Criminalidade na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte

Márcio Rogério - Promotor de justiça da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Infracional de BH

Michelle Gangana - Psicóloga e diretora de Proteção da Juventude / Programas Fica Vivo! e Se Liga (DPJ/SUPEC/SEJUSP) e coordenadora da Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte

Musso Greco - Psiquiatra, psicanalista (membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise) e coordenador do projeto Desembola na Ideia

Paola de Nazareth - Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CAODCA)

Marisa* - Psicóloga, técnica do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação Serviço à Comunidade

Raissa Faria - Relações públicas e analista de comunicação da Associação Imagem Comunitária (AIC)

Rafaela Lima - Diretora da Associação Imagem Comunitária (AIC)

Raquel Amarante - Psicóloga e Gerente de Formação Técnica e Parcerias Institucionais do Programa Fica Vivo! sugestão: (DPJ/SUPEC/SEJUSP)

Russo APR - Pedagogo, *rapper*, educador popular e integrante do coletivo Terra Firme

Selmara Mamede Ferreira - Psicóloga, Analista da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte

Solar* - Psicóloga e técnica do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de Minas Gerais (PPCAAM)

Twu do Barreiro - *Rapper*, produtor musical e oficinairo do Programa Fica Vivo!

Vanessa Golgher - Psicóloga e coordenadora do Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade em Minas Gerais / Se Liga (DPJ/SUPEC/SEJUSP)

Lista de instituições, organizações e políticas públicas

Academia Transliterária

Coletivo de artistas travestis, transexuais, transgêneros e de pessoas cisgêneras próximas à pauta. Investigamos estratégias, estéticas e linguagens artísticas para difusão e protagonismo da arte e cultura trans e periférica. **Para mais informações, acesse:** <https://academiatransliteraria.wordpress.com>

Assessoria Popular Maria Felipa

Resultado da organização de assessores populares que atuam profissionalmente na área do direito penal e que vislumbraram a necessidade de unir-se para transformar o conhecimento jurídico em ferramenta de combate na luta pela garantia dos direitos humanos, em especial na defesa dos sujeitos invisibilizados. **Para mais informações, acesse:** <https://www.apmariafelipa.com.br>

Associação Imagem Comunitária (AIC)

Nasceu em 1993 e se dedica ao desenvolvimento das mais variadas metodologias de construção do diálogo em processos de mobilização social e educação para a cidadania e de empoderamento de sujeitos com vistas à construção do desenvolvimento humano pleno. Nessa perspectiva, a AIC já realizou centenas de projetos e programas nos campos da Educação, Cultura e Mobilização Social, Desenvolvimento Local Sustentável, Educação Ambiental e Promoção da Saúde. **Para mais informações, acesse:** <http://aic.org.br>

Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens

Integra uma das doze comissões do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte.

Para mais informações, acesse: <http://simasebh.org>

Coletivo Terra Firme

Cooperativa de trabalho que desenvolve ações de comunicação, produção de eventos e confecções de serigrafia.

Para mais informações, acesse: <https://www.facebook.com/terrafirmeshow>

Programa Descubra de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais

É resultado de uma cooperação interinstitucional inédita entre onze órgãos públicos municipais, estaduais e federais. As articulações para a cooperação tiveram início em 2018, quando integrantes da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Belo Horizonte alinharam-se no propósito de fomentar a ampliação dos programas de aprendizagem profissional para contemplar também adolescentes egressos de medidas socioeducativas, em situação de acolhimento institucional ou resgatados de situação de trabalho infantil, de 14 a 24 anos.

Desembola na Ideia

Projeto que combina atenção psicossocial e arte na promoção dos direitos, inserção nos espaços de sociabilidade, acompanhamento psicanalítico e intervenções artístico-culturais na cidade para adolescentes em situação de vulnerabilidade social e psíquica. **Para mais informações, acesse:**

<http://desembolanaideia.aic.org.br>

Diretoria de Políticas para a Juventude (DPU)

Órgão público da Prefeitura de Belo Horizonte vinculado à Subsecretaria de Direito e Cidadania (SUDC), parte da estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). A DPJU orienta-se pelo Estatuto da Juventude e pela noção de juventudes, no plural, tendo entre suas principais atribuições colaborar para o funcionamento do Centro de Referência da Juventude (CRJ) e do Conselho Municipal de Juventude (COMJUVE). Além disso, busca pautar os direitos das juventudes junto às demais políticas públicas no município.

Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH)

Tem o objetivo de agilizar e dar maior efetividade à responsabilização do adolescente envolvido em ato infracional, concentrando, em um mesmo espaço físico, uma equipe interinstitucional composta por representantes da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Justiça (Vara Infracional da Infância e Juventude), Ministério Público (Promotoria da Infância e Juventude), Defensoria Pública e Prefeitura Municipal. **Para mais informações, acesse: <http://www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/cia-bh>**

Fórum das Juventudes da Grande BH

Foi criado em 2004 e constitui-se em uma rede da sociedade civil organizada composta por ativistas, organizações e coletivos que atuam em defesa dos direitos juvenis, especialmente das juventudes negra e periférica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O Fórum constrói e

executa projeto e ações de mobilização, formação, comunicação, incidência política junto a jovens da RMBH. **Para mais informações, acesse: <https://forumdasjuventudes.org.br>**

Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte

Criado em 2014, o Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte é um espaço que busca promover uma política de atendimento socioeducativo humana e transparente, reunindo instituições governamentais e não governamentais envolvidas no trabalho com adolescentes autores de ato infracional, privados ou não. A Comissão de Prevenção à Letalidade de Adolescentes e Jovens integra uma de suas doze comissões. **Para mais informações, acesse: <http://simasebh.org>**

Programa Controle de Homicídios - Fica Vivo!

Política pública do estado de Minas Gerais vinculado à Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) na Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). **Para mais informações, acesse: <http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/program/283-Programas>**

Se Liga

Programa de acompanhamento aos egressos das medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação de Minas Gerais e se constitui como um dispositivo de acesso à cidade e à rede de proteção social, estabelecendo-se como um instrumento de construção no reencontro com a liberdade. O Programa tem por premissa, portanto, acolher o adolescente/jovem e seus impasses, trabalhando as suas escolhas

e a sua rede de proteção social, de modo que possa, no futuro, prescindir desse acompanhamento.

Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (NAMSEP/PBH)

É responsável pelo acolhimento e encaminhamentos de adolescentes autores de atos infracionais que receberam em audiência na Vara Infracional de Belo Horizonte a Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade, ou alguma das Medidas Protetivas previstas no ECA. Está localizado dentro do CIA-BH e tem na sua equipe profissionais das três políticas públicas: Assistência Social, Educação e Saúde.

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

Foi criado em 2003, como uma das estratégias do Governo Federal para o enfrentamento do tema da letalidade infanto-juvenil. Instituído oficialmente em 2007, pelo Decreto 6.231/07 (DECRETO Nº 9.371, DE 11 DE MAIO DE 2018 Altera o Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007), que institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, que tem por finalidade proteger, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, crianças e adolescentes expostos a grave e iminente ameaça de morte. **Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppcaam-1/ppcaam>**

Setor de Acompanhamento das Medidas Restritivas de Liberdade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAMRE/TJMG)

Tem como atribuição monitorar o cumprimento das medidas socioeducativas em semiliberdade, internação provisória.

O Setor de Acompanhamento ao Adolescente em Situação Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (SAASE/TJMG)

Tem como atribuição monitorar o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)

Apresenta o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. É formado pelos sistemas estaduais/distrital e municipais, incluindo também todos os planos, políticas e programas existentes nas três esferas de governo voltados a esse tema. **Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>**

Observatório da Juventude da UFMG

Programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação (FaE), com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG. Desde 2002, o OJ vem realizando atividades de investigação, levantamento e disseminação de informações sobre a situação dos jovens da região metropolitana de Belo Horizonte, além de ajudar a promover o debate em torno

desse universo. O programa desenvolve também ações de capacitação tanto de jovens quanto de educadores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG interessados na problemática juvenil. **Para mais informações, acesse: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>**

Kolping

Movimento Social Católica com a missão de Transformar as realidades sociais no exercício da cidadania através do desenvolvimento, profissional, ambiental, cultural, religioso e comunitário. **Para mais informações, acesse: <https://www.instagram.com/kolpingmg/>**

Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR)

Atua com o intuito de garantir segurança aos moradores, promovendo a prevenção e repressão qualificada de crimes violentos, com o objetivo de reduzir os índices criminais desses locais e traçar estratégias para reduzir a mão-de-obra disponível para a prática de crimes.

Para mais informações, acesse: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/9rpm/conteudo.action?conteudo=866&tipoConteudo=itemMenu>

Referências

Atlas da Violência 2020. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso: 01 set. 2020.

BASSI, Karine; ZERÊ, Leandro. **Afrogênese.** Belo Horizonte: Editora Venas Abiertas, 2019.

Breve guia para uma branquitude antirracista, produzido pelo Nubrac em parceria com o PSILCAS/UFMG, 2020.

BRITO, Alayê. NÃO MORRER É LUCRO! Blog Alayê Brito, 2020. Disponível em: <https://alayebritoblog.wordpress.com/2020/05/29/nao-morrer-e-lucro/>. Acesso: 10 jun.2020.

Dados do **Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)** de Minas Gerais cedidos para a campanha, compreendendo o período de julho de 2019 a julho de 2020.

Guerra, A.M, & Moreira, J. O Nebenmensch e o desamparo: alças possíveis para adolescências contemporâneas. In: **Adolescências e narrativas memorialísticas: escutando apostas inconscientes.** Curitiba: EDITORA CRV, 2020.

GUIA TODXS NÓS DE LINGUAGEM INCLUSIVA, HBO Latin America, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

#FALADIREITO CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA DO DESEMBOLA NA IDEIA - DESAFIO Nº 1: DESARME SEU OLHAR. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: http://desembolanaideia.aic.org.br/downloads/guia_fala_direito_web.pdf. Acesso: 25 jul. 2020.

Você também **FAZ DIFERENÇA** e quer contar a sua experiência para a gente? Entre em contato conosco por meio dos nossos canais e venha fazer parte dessa rede!



fazdiferenca.webflow.io



oquefazdiferenca@gmail.com



@oquefazdiferenca



fb.me/faz-diferença

Realização da Campanha

Associação Imagem Comunitária (AIC)
e Comissão de Prevenção à Letalidade
de Adolescentes e Jovens do
Fórum Permanente do Sistema
de Atendimento Socioeducativo
de Belo Horizonte

Coordenação editorial

Rafaela Lima e Musso Greco

Elaboração e preparação de textos

Isabelle Chagas

Elaboração do material para publicação

Alessandro Silva, Anne Cristina Silva, Bárbara Afonso, Cristiane Ribeiro, Hugo de Sena, Karina dos Santos, Maira Freitas, Michelle Gangana, Raquel Amarante, Selmara Mamede e Vanessa Golgher

Revisão de textos

Maira Freitas, Michelle Gangana e Selmara Mamede

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Marco Chagas

F287 Faz Diferença - Um convite para comprometer-se cotidianamente com a vida de adolescentes e jovens / Associação Imagem Comunitária organizador. – Belo Horizonte: AIC, 2020.

160 p.

ISBN: 978-65-87808-21-5

1. Adolescentes. 2. Desenvolvimento social. 3. Política pública. I. Associação Imagem Comunitária. II. Título. III. Série.

CDU: 364-053.6

CDD: 362.7042

Composto em caracteres Azo Sans e Catalpa.
Impresso em Belo Horizonte, em setembro
de 2020, pela Formato Artes Gráficas.

Tiragem: 500 exemplares



Realização:

